

MERCADOS



Bovespa passa por correção e recua 1,59%, aos 137,8 mil pontos

POR LUÍS EDUARDO LEAL

Após ter fechado a terça-feira passada, pela primeira vez aos 140 mil pontos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu desde a abertura e teve um dia de correção mais aguda ontem, retrocedendo à casa dos 137 mil pontos, o mesmo para o fim da tarde, e encerrando no menor nível desde o último dia 12 - data que antecede o início de uma série de recordes históricos. Ontem, oscilou entre 137.538,35 (-1,84%) e 140.108,61 pontos, na máxima do dia que correspondeu à abertura.

Ao fim, mostrava perda de 1,59%, aos 137.881,27 pontos, com giro a R\$ 24,0 bilhões. Na semana, cede 0,94% e no mês avança 2,08% - no ano, sobe 14,63%.

Em porcentual, a queda de ontem foi a maior registrada pelo Ibovespa (Índice Bovespa) desde 4 de abril, então em baixa de 2,96%.

Na etapa vespertina, a piora do Ibovespa acompanhou a de Nova York (Dow Jones -1,91%, S&P 500 -1,61%, Nasdaq -1,41%).

Na B3, as perdas nas ações de grandes bancos foram a 2,26% (Bradesco ON) e em Vale ON, o principal papel da carteira, a 1,28% no fechamento. O dia foi negativo também para Petrobras (ON -0,85%,

PN -1,12%) e para as demais ações de primeira linha

Na ponta perdedora, Marcopolo (-6,94%), Vamos (-6,60%) e Ultrapar (-6,33%). No lado oposto, Raizen (+5,95%), Cosan (+1,32%) e PetroReconcavo (+1,21%).

As ações do setor elétrico (Eletrobras ON -1,17%, Copel -1,2%, Cemig -1,31%) recuaram em bloco no dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória da reforma do setor.

DÓLAR

O dólar exibiu depreciação moderada em relação ao real ontem, em mais um dia marcado por enfraquecimento global da moeda norte-americana, em meio às preocupações crescentes com o quadro fiscal dos Estados Unidos. O aumento da aversão ao risco e a queda do petróleo limitaram, porém, o fôlego de divisas emergentes, em especial latino-americanas.

Com máxima a R\$ 5,678 e mínima a R\$ 5,6407, o dólar à vista encerrou a sessão em baixa de 0,48%, a R\$ 5,6422.

A moeda apresenta perda de 0,48% nos três primeiros pregões desta semana e de 0,61% no mês. Em 2025, o dólar recua 8,71% em relação ao real, que apresenta o melhor desempenho no período entre as divisas da América Latina.

SETOR ELÉTRICO

MP prevê isenção de tarifa de energia para 60 mi de pessoas

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, a medida provisória (MP) que reforma o setor elétrico brasileiro com o objetivo de reduzir o custo da energia para a população e pequenos empresários. O texto foi publicado ontem no Diário Oficial da União e prevê mudança da Tarifa Social, abertura de mercado, com liberdade de escolha de fornecedor para o consumidor comum, e distribuição mais justa do pagamento de encargos.

“É preciso que a gente faça justiça numa coisa tão importante que é a energia para o consumo das famílias brasileiras”, disse Lula durante reunião no Palácio do Planalto.

A proposta é que haja a isenção de pagamento de tarifa de energia elétrica para famílias de baixa renda que consumam até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês, o que chegaria a 60 milhões de pessoas no país. Os beneficiários são famílias do CadÚnico com renda mensal de até meio salário mínimo per capita, idosos com Benefício de Prestação Continuada e famílias indígenas e quilombolas do CadÚnico.

Atualmente, a isenção completa do pagamento em caso de consumo de até 50 kWh vale para indígenas e quilombolas, enquanto os idosos com BPC e as famílias do CadÚnico têm direito a descontos escalonados de até 65%, caso o consumo seja menor que 220kWh.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), as

faixas de desconto estão defasadas e, com as mudanças, nenhuma família terá redução no benefício atualmente recebido. “A gratuidade para o consumo de até 80 kWh/mês garante o acesso à energia elétrica, sem custos, para atendimento das necessidades básicas das famílias beneficiárias”, explicou a pasta.

Assim, a expectativa é que mudança reduza os furtos (gatos de energia) e custos operacionais das distribuidoras por redução da inadimplência.

A Tarifa Social é custeada pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e seus beneficiários são isentos de pagamento desse encargo.

Pela proposta, famílias do CadÚnico com renda per capita entre meio e um salário mínimo também terão isenção do pagamento da CDE no consumo mensal de até 120 kWh.

O objetivo é ter uma tarifa de transição entre Tarifa Social e tarifa normal, com distribuição mais justa dos impactos da CDE no orçamento familiar. Cerca de 55 milhões de pessoas podem ser beneficiadas com redução de cerca de 12% na contas de energia.

A assinatura da MP ocorreu em reunião no Palácio do Planalto, com a presença de ministros, os presidentes da Câmara e do Senado, líderes do governo no Congresso e outros parlamentares. Por se tratar de uma medida provisória, o texto entra em vigor imediatamente após a sua publicação, mas precisa ser aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em até 120 dias. Se não for votado, perde a validade.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, Lula participou ativamente da construção da proposta na busca por reduzir o custo da energia à população. “Mas, especialmente, para fazer justiça com a classe média do Brasil e com os nossos consumidores de baixa renda e corrigir distorções do setor criado nos últimos 20 anos”, disse, lembrando que o movimento da transição energética e investimento em novas fontes elevaram os custos da energia ao longo dos anos.

CUSTO DO SETOR

O custo de R\$ 3,6 bilhões por ano da nova tarifa e do desconto social será compensado com os outros eixos da reforma do setor: a abertura do mercado e o reequilíbrio dos custos internos. Uma das distorções é o pagamento sobre a segurança energética, que é paga apenas pelos consumidores do mercado regulado de baixa tensão e não pelos compradores no mercado livre, de energia de alta tensão.

Pela proposta, os consumidores livres serão incluídos na base de adquirentes da produção de energia elétrica das usinas Angra 1 e 2, de energia nuclear, e de consumidores que suportam os incentivos à geração distribuída por meio da CDE, com rateio proporcional ao consumo, independente do nível de tensão.

“A conta vai cair (para o consumidor comum) numa correção de alguns incentivos que foram dados, em especial às geradoras, no final do conjunto do processo, que foram úteis de cer-

ta forma, porque fizeram com que o Brasil pudesse ser protagonista da transição energética global, mas que não faz mais sentido o consumidor pagar a partir de agora”, explicou Silveira.

LIVRE MERCADO

Outro trecho da MP dá mais liberdade de escolha para o consumidor, inclusive residencial, em relação à origem da energia que ele irá consumir.

Segundo Alexandre Silveira, a medida beneficia, principalmente, a classe média, acabando com o monopólio das distribuidoras, como ocorre hoje com operadoras de telefonia e internet, por exemplo. Residências e pequenos comércios, então, poderão escolher sua fonte de energia.

“(Acaba) com o monopólio apenas de uma fonte para poder fornecer energia para o mercado regulado, que é a fonte, é da geração distribuída, permitindo que todo mundo possa e escolher a fonte que quer comprar energia, criando naturalmente uma concorrência entre as várias fontes de geração de energia e, com isso, igualando os demais consumidores aos consumidores livres que hoje pagam em média 23% a menos do que o consumidor regulado”, explicou.

Cerca de 80 mil consumidores, hoje, compram no mercado livre.

A abertura do mercado será gradual, para garantir o cumprimento de contratos e preparação do setor. Indústrias e comércios a partir de agosto de 2026 e demais consumidores a partir de dezembro de 2027.

CRÉDITO

BNDES aprova R\$ 113,17 milhões para cooperativa C. Vale

DANIELA AMORIM/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ontem, ter aprovado um financiamento de R\$ 113,17 milhões para a C. Vale - Cooperativa Agroindustrial. Os recursos serão investidos na ampliação da capacidade de armazenagem de grãos nas unidades de Brasília do Sul e de Goioerê, ambas no Paraná, e de Amambai, no Mato Grosso do Sul, além da construção de um depósito de embalagens no município paranaense de Palotina.

O projeto tem um investimento total previsto de R\$ 128,3 milhões. A C. Vale prevê aumentar a capacidade de armazenagem de grãos em até 65 mil toneladas.

Os planos incluem um aumento em até 12 mil toneladas na capacidade da unidade de Brasília do Sul, uma expansão de até 33 mil toneladas na unidade de Amambai, e a aquisição de equipamentos para implementar a armazenagem da nova unidade em Goioerê, que terá capacidade para até 20 mil toneladas. O montante financiado prevê R\$ 4,2 milhões via Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e R\$ 58,9 milhões do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), ambos no âmbito do Plano Safra 2024/2025. Quanto ao depósito de embalagens, estão previstos R\$ 50 milhões do Prodecoop pa-

ra a unidade de Termoprocessados de Industrializados de Aves do complexo industrial de Palotina. “O objetivo é aumentar a capacidade de armazenagem de embalagens de 220 para 526 toneladas e adequá-la à segurança contra incêndio. Ao todo, o projeto tem investimento da ordem de R\$ 52 milhões e deve gerar 212 empregos diretos após a conclusão do projeto e expansão da unidade”, informou o banco de fomento.

O BNDES acrescentou que os financiamentos do banco para armazenagem agropecuária já alcançaram R\$ 2,9 bilhões no atual Plano Safra 2024/2025, maior valor da série histórica iniciada em 2013. “O setor agropecuário nacional é fundamental para a economia do Brasil. Somente entre janeiro e abril deste ano, aprovamos R\$ 1,3 bilhão para ampliar e modernizar a armazenagem no país. O valor é 137% superior a 2024 e 303% maior que o valor aprovado em 2022. Resultado do compromisso do governo do presidente Lula de fortalecer a produção agrícola brasileira e melhorar a gestão de estoques para o enfrentamento de sazonalidades”, declarou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em nota oficial.

O banco informa ter aprovado R\$ 29,7 bilhões em crédito no âmbito do Plano Safra 2024/2025, atendendo a solicitações de mais de 125 mil operações indiretas, conduzidas pela rede de agentes financeiros credenciados.

IMPOSTO DE RENDA

Receita abre amanhã consulta a maior lote de restituição da história

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Receita Federal libera na próxima sexta-feira, a partir das 10h, consulta ao primeiro dos cinco lotes de restituição de 2025, que contempla 6,3 milhões de contribuintes. Será o maior da história em número de contribuintes e em valor. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 6.257.108 contribuintes receberão R\$ 11 bilhões. Todo o valor, informou o Fisco, irá para contribuintes com prioridade no reembolso.

As restituições estão distribuídas da seguinte forma:

- 2.375.076 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e optaram simultaneamente por receber a

- restituição via Pix;
- 2.346.445 contribuintes de 60 a 79 anos;
- 1.096.168 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério;
- 240.081 contribuintes acima de 80 anos;
- 199.338 contribuintes com deficiência física ou mental ou doença grave.

Embora não tenham prioridade por lei, os contribuintes que usaram dois procedimentos em conjunto, pré-preenchida e Pix, passaram a ter prioridade no recebimento da restituição neste ano.

A consulta poderá ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, no botão “Con-

sultar a Restituição”. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para *tablets* e *smartphones*.

O pagamento será feito em 30 de maio, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um

ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessar o menu “Declarações e Demonstrativos”, clicar em “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, no campo “Solicitar restituição não resgatada na rede bancária”.

BRASIL FICA FORA

Fitch reduz previsão de crescimento de emergentes

GUSTAVO NICOLETTA E CÍCERO COTRIM/AE

A agência de classificação de risco Fitch reduziu de 4% para 3,9% a projeção de crescimento potencial total de um grupo de 10 economias emergentes. No entanto, elevou a estimativa para o

crescimento potencial de médio prazo do Brasil, um dos países que fazem parte deste conjunto.

Em relatório, a agência aponta que a diminuição na projeção para o conjunto das economias avaliadas reflete principalmente a queda no crescimento potencial estimado para a China (de

4,6% para 4,3%).

Outros países, no entanto, também foram alvo de revisão para baixo nas previsões. Estão nesta lista Indonésia (4,9% para 4,7%), México (2,0% para 1,8%) e Coreia do Sul (2,1% para 1,9%).

O Brasil, porém, está entre os países cujo crescimento poten-

cial estimado foi revisado para cima pela Fitch - de 1,7% para 2% -, acompanhado por Índia (6,2% para 6,4%), Rússia (0,8% para 1,2%) e Polónia (3% para 3,2%).

As projeções da Fitch para o crescimento potencial de África do Sul e Turquia foram mantidas em 1% e 4,1%, respectivamente.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACCESSE NOSSO SITE



COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A. CNPJ: 08.928.273/0001-02

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma))

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: A Administração da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra Brasil" ou "Cia."), pertencente ao Grupo Cobra sediado na Espanha, líder global com 80 anos de experiência em todas as áreas relacionadas a engenharia, instalação e manutenção industrial de infraestruturas, fornecendo soluções rentáveis e sustentáveis para nossos clientes (controlado pelo grupo francês VINCI), submete à apreciação de V.Sas., o seu Relatório da Administração e as DFs Individuais e Consolidadas acompanhadas do relatório do Auditor Independente referentes ao exercício findo em 31/12/2024. **PERFIL:** A Cia.: Fundada em 1944, a Cobra Brasil atua no desenvolvimento e/ou construção de obras de infraestrutura nos segmentos de transmissão, geração, engenharia, construção, instalação, operação e manutenção de usinas; visando ser uma referência no desenvolvimento da infraestrutura nacional. O Grupo visa promover um modelo de negócio altamente sustentável, tirando proveito da sua vasta rede de negócios que atua de forma coordenada para aumentar a sua capacidade de serviço integral. Com uma história de oito décadas e um profundo conhecimento dos mercados em que opera, a Cia. tem se adaptado continuamente às necessidades de cada cliente e a crescente procura de projetos no âmbito das fontes renováveis, demonstra o comprometimento do grupo em gerar impactos positivos no crescimento/desenvolvimento das sociedades onde atua, gerando o menor impacto ambiental possível. A vasta atividade da Cia. é desenvolvida de acordo com os seus fortes valores, que incluem um compromisso firme com os seus clientes e colaboradores, uma forte vocação para a inovação e uma determinação em alcançar a excelência na gestão socioambiental em todos os locais onde opera. O ano de 2024 foi um ano de grandes desafios e oportunidades para a Cia., que manteve estratégia de crescimento e geração de valor. A Cia. obteve expressivos contratos de construção no segmento elétrico e efetuou importantes aquisições para desenvolvimento de projetos próprios de energia renováveis para o setor elétrico Brasileiro reforçando assim a geração de caixa da Cia., possibilitando a manutenção de suas atividades e de investimentos. **NOSSOS PROJETOS:** A descentralização, a diversificação geográfica e os conhecimentos técnicos de nossa equipe são o motor do nosso sucesso global, beneficiando clientes públicos e privados em 43 países. No Brasil a Cia. detém participações expressivas nas construções de linha de transmissão, subestações, construção de planta de Gás natural e plantas fotovoltaicas em diversos estados brasileiros. Dentre os principais projetos estão a Linha de Transmissão Itatiaia, Subestação Itatiaia e Serra Dourada, Linha de Transmissão Serra Dourada, Linha de Transmissão Piraque, Parques Fotovoltaicos de geração centralizada, como os projetos de Belmonte (em operação desde dezembro de 2023), Mundo Novo, Raios de Parnaíba e Cristiano Castro (em fases de construção), também se encontram em construção, Usinas Fotovoltaicas de geração distribuída; além de outros em fase de desenvolvimento. Vale destacar que a Cobra Brasil, possui sua própria comercializadora de energia, a Eleia Comercializadora de Energia S.A (Eleia), que atualmente é responsável por comercializar a energia gerada dos parques fotovoltaicos em operação. **SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO:** O compromisso das equipes de gestão, bem como a liderança visível na gestão da saúde e segurança, é o principal motor para a integração da Cultura de Segurança. Este compromisso ativo visa alcançar a excelência operacional em todas as atividades e territórios onde a Cobra Brasil está presente. A nossa prioridade é atingir ZERO acidentes. A Cultura de Segurança da empresa assenta em 5 compromissos inerentes a todos os colaboradores do Grupo, conforme estabelecido no Plano de Prevenção de Riscos Profissionais: • Compromisso com a consulta e participação das equipes através da Comunicação de Incidentes (RDI) e das Ações de Melhoria da Segurança (AMS). • Compromisso de educação, formação e informação sobre os riscos profissionais e as medidas de prevenção. • Compromisso de supervisão efetiva no terreno com conversas pré-tarefa sobre riscos e medidas preventivas. • Compromisso com a melhoria contínua da segurança e saúde através de tecnologia e meios de proteção de alta qualidade. • Empenho no controle das normas de segurança através de inspeções de segurança (IDS). **SUSTENTABILIDADE:** Promover o equilíbrio entre infraestrutura eficientes e um ambiente sustentável requer uma Política de Gestão Ambiental baseada em compromissos específicos de proteção ambiental que contribuam para minimizar o impacto ambiental nas diferentes regiões em que opera. **PROGRAMA DE CONFORMIDADE CORPORATIVA:** Garantir um forte compromisso com a ética, a integridade e a transparência é um pilar para a organi-

zação que está fortemente empenhada em cumprir os mais elevados padrões de ética empresarial, dispondo, de um Programa Corporativo de Compliance, revisto periodicamente por consultores externos de reconhecido prestígio e que inclui, de forma organizada, as ações implementadas para estabelecer um ambiente de prevenção, detecção e gestão antecipada de riscos. Este programa tem um enfoque específico no combate às infrações, tanto criminais como anti-concorrenciais, entre outras matérias, garantindo o mais elevado nível de integridade em todas as suas práticas empresariais. A Cobra Brasil adere aos padrões de seu grupo controlador, que estabelecem os princípios partilhados por todos os colaboradores e parceiros de negócio, cujos valores fundamentais estão definidos nos 5 documentos de referência seguintes: • O Código de Ética e de Conduta, que estabelece o conjunto dos princípios de ética empresarial a aplicar em diferentes circunstâncias e em todos os países de atividade. • É utilizado em conjunto com o Código de Conduta Anticorrupção, que inclui as regras relativas à prevenção de todos os atos de corrupção, nomeadamente através da identificação dos riscos nos processos empresariais e da definição dos comportamentos a evitar. • O Guia dos Direitos Humanos, que resume os riscos potenciais e as suas implicações para as empresas e define um conjunto comum de diretrizes sobre a forma de lidar com questões de direitos humanos. Estas diretrizes baseiam-se nos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), nas 8 convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais. • A Declaração sobre as Ações Fundamentais e Essenciais em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, que reflete a vontade comum de atingir o objetivo de "Zero Acidentes". A declaração é o resultado de um diálogo social construtivo e regular. No âmbito de uma política de melhoria contínua, afirma que só é possível progredir com todos os trabalhadores através da promoção de uma cultura de segurança. • As diretrizes ambientais, que fornecem um quadro destinado a minimizar os riscos e os impactos das atividades no ambiente. Todas as empresas devem seguir estas diretrizes para que as ações e os procedimentos possam ser melhorados e adaptados para proteger e preservar o ambiente onde quer que operem. Cada filial é responsável por assegurar que os parceiros comerciais desenvolvam esforços semelhantes ao longo da vida de um projeto. **DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**



No ano de 2024, a Cobra Brasil concluiu diversos projetos que totalizam mais de 5 bilhões de investimentos de seus clientes e assinou novos contratos que totalizam mais de 7 bilhões de investimentos para os próximos anos. Em 2024, a receita operacional líquida totalizou o montante de 539.832 milhões, o crescimento foi de 11% comparado com o registrado em 2023. A receita de 2023 e 2024 quando comparado com 2022 apresenta uma queda de 44% reflexo da falta de contratação durante a pandemia, já que os contratos assinados de construção têm seu efeito prático na receita após 2 ou 3 da sua assinatura. Para os próximos anos, o grupo prevê aumento de sua receita com a conclusão dos projetos em construções atualmente, assim como, o desenvolvimento e ingresso de novos projetos em seu portfólio de negócios.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Receita bruta	859.987	930.575	858.739	990.772	506.541	566.552
Impostos sobre a receita	(38.840)	(37.825)	(28.592)	(28.414)	(20.518)	(26.720)
Receita operacional líquida	821.147	892.750	830.147	962.358	486.023	539.832

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/23	
Ativo		1.356.834	1.443.845	1.399.547	1.506.318
Circulante		1.108.816	465.748	1.125.003	472.751
Caixa e equivalentes de caixa	9	294.469	93.462	306.843	99.777
Clientes	10	279.476	298.144	281.932	298.144
Impostos a recuperar	11	37.981	27.663	39.027	27.689
Adiantamentos a fornecedores	21.a	46.611	34.056	46.918	34.717
Swap – Empréstimos		28.509	-	28.509	-
Outros ativos CP		12.040	12.423	12.044	12.424
Ativo disponível para venda	13.a	699.086	465.748	715.273	472.751
Não circulante		409.730	-	409.730	-
Saldos a receber de partes relacionadas	12.a	54.869	60.819	69.464	83.853
I.R. e C.S. diferidos	20	126.025	15.083	126.025	15.083
Outros ativos LP		3.666	3.009	3.666	3.009
Ativo não circulante mantido para venda		21.178	4.990	21.178	4.990
Investimentos	14	20.518	874.302	-	870.118
Imobilizado	15	21.762	19.892	54.211	56.512
Intangível	15	-	2	-	2
Passivo		652.542	156.839	656.690	178.312
Circulante		121.225	40.528	123.556	52.783
Fornecedores	16	-	-	752	5.673
Saldos a pagar a partes relacionadas	12.b	408.464	23.592	408.464	23.592
Empréstimos e financiamentos	17	49.450	31.856	49.450	31.856
Obrigações sociais e trabalhistas	18	5.035	3.920	6.100	7.464
Impostos a recolher	19	68.368	56.943	68.368	56.944
Adiantamentos	21.b	55.732	431.930	94.297	472.930
Não circulante		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	411.427	-	411.427
Saldos a pagar a partes relacionadas	12.b	53.732	18.503	92.297	59.503
Provisões para contingências	22	2.000	2.000	2.000	2.000
Patrimônio líquido		648.560	855.076	648.560	855.076
Capital social		609.721	609.721	609.721	609.721
Reservas de Lucro		38.839	245.355	38.839	245.355
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.356.834	1.443.845	1.399.547	1.506.318

	Controladora		Consolidado			
	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/23		
Receita operacional líquida	24	539.832	486.023	650.418	514.819	
Custos operacionais	25	(521.996)	(515.893)	(623.252)	(537.306)	
Lucro (prejuízo) bruto		17.836	(29.870)	27.166	(22.487)	
Despesas gerais e administrativas	26	(65.434)	(27.956)	(66.934)	(28.385)	
Outras receitas operacionais		10.293	7.964	10.294	7.964	
		(55.141)	(19.992)	(56.640)	(20.421)	
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e de participações societárias		(37.305)	(49.862)	(29.474)	(42.908)	
Resultado de participações societárias		-	-	-	-	
Provisões de perda de recuperação (Impairment)	13.a	(335.411)	-	(335.411)	-	
Resultado de equivalência patrimonial	14	107.231	(20.965)	102.429	(24.306)	
Resultado na alienação de investimentos		13.679	(312)	13.679	(312)	
		(214.501)	(21.277)	(219.303)	(24.618)	
Resultado financeiro		27	241.647	182.824	242.700	182.967
Receitas financeiras		(280.010)	(240.705)	(281.595)	(242.492)	
Despesas financeiras		(38.363)	(57.881)	(38.895)	(59.525)	
Lucro (prejuízo) antes do I.R. e C.S.		(290.169)	(129.020)	(287.672)	(127.051)	
I.R. e C.S.		-	-	-	-	
IR e CSLL correntes	20.b	(7.134)	-	(9.631)	(1.969)	
IR e CSLL diferidos	20.b	110.943	-	110.943	-	
		103.809	-	101.312	(1.969)	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(186.360)	(129.020)	(186.360)	(129.020)	

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/23	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(186.360)	(129.020)	(186.360)	(129.020)
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício		(186.360)	(129.020)	(186.360)	(129.020)

	2024	2023
Controladas e Coligadas		
Controladas		
Eleia Comercializadora de Energia S.A. ("Eleia Comercializadora")	100	100
Eleia Comercializadora Varejista de Energia S.A. ("Eleia Varejista")	100	100
ESB - Energia e Sustentabilidade do Brasil S.A. ("ESB")	100	100
% de participação no capital social		
Controladas em conjunto		
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Mantiqueira")	25	25
Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Chimarrão")	-	25

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/23
Capital		609.721	609.721	609.721
Capital social		609.721	609.721	609.721
Reserva de Lucros		-	-	-
Reserva de resultados com acionista		12.089	12.089	12.089
Lucros Acumulados (Ab-sorção de prejuízos)		20.156	20.156	20.156
Destinação do resultado do exercício		-	-	-
Total patrimônio líquido		648.560	648.560	648.560

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/23
Fluxo de caixa de atividades operacionais		(186.360)	(129.020)	(186.360)
Fluxo líquido (prejuízo) do exercício		(186.360)	(129.020)	(186.360)
Ajustes em:		-	-	-
I.R. e C.S. correntes	20.b	(7.134)	-	(9.631)
Provisão para contingências		-	(908)	-
Juros e variação cambial de empréstimos	17	48.754	55.897	48.754
Instrumentos financeiros		(28.509)	-	(28.509)
Variação cambial não realizada líquida		-	176	-
Depreciação e amortização	15	4.986	4.736	9.156
Impairment em investimentos permanentes	13.a	335.411	-	335.411
Resultado de equivalência patrimonial	14	(107.231)	20.965	(102.428)
IR/CS Diferidos (Aumento) redução nos ativos operacionais		(110.942)	-	(110.942)
Clientes		18.668	28.483	16.212
Partes relacionadas		41.179	(8.124)	47.183
Impostos a recuperar		(3.184)	(2.591)	(1.707)
Adiantamento		(12.555)	(7.832)	(12.201)
Outros ativos operacionais		(274)	162	(277)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		80.697	(51.667)	70.773
Fornecedores		(51.667)	-	(33.744)
Transações entre partes partes relacionadas – energia compra para revenda		-	-	(4.921)
Obrigações sociais e trabalhistas		17.594	6.548	17.594
Pagamento de impostos correntes		1.115	(2.485)	(1.364)
Adiantamento recebido de clientes		11.425	(14.041)	11.424
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		103.640	(99.701)	98.167
Fluxos de caixa de atividades de investimento		-	-	(53.966)
Partes relacionadas atividades de investimento		211.459	65.591	211.459
Realização da venda de investida	14	(20.156)	(110)	(20.156)
Aportes de capital em investidas	14	(11.773)	(39.394)	(242)
Aquisição/baixas de imobilizado e intangível	15	(6.854)	13	(6.853)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		172.676	26.100	184.208
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		-	-	(14.334)
Empréstimos e financiamentos captados	17	373.000	413.000	373.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	17	(449.999)	(354.488)	(449.999)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	17	(41.068)	(14.062)	(41.068)
Amortização de instrumentos financeiros (swap)	17	42.758	(54.399)	42.758
Pagamento de dividendos		-	(43.670)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(75.309)	(53.619)	(75.309)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		201.007	(127.220)	207.066
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		93.462	220.682	99.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		294.469	93.462	306.843
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		201.007	(127.220)	207.066

zão que está fortemente empenhada em cumprir os mais elevados padrões de ética empresarial, dispondo, de um Programa Corporativo de Compliance, revisto periodicamente por consultores externos de reconhecido prestígio e que inclui, de forma organizada, as ações implementadas para estabelecer um ambiente de prevenção, detecção e gestão antecipada de riscos. Este programa tem um enfoque específico no combate às infrações, tanto criminais como anti-concorrenciais, entre outras matérias, garantindo o mais elevado nível de integridade em todas as suas práticas empresariais. A Cobra Brasil adere aos padrões de seu grupo controlador, que estabelecem os princípios partilhados por todos os colaboradores e parceiros de negócio, cujos valores fundamentais estão definidos nos 5 documentos de referência seguintes: • O Código de Ética e de Conduta, que estabelece o conjunto dos princípios de ética empresarial a aplicar em diferentes circunstâncias e em todos os países de atividade. • É utilizado em conjunto com o Código de Conduta Anticorrupção, que inclui as regras relativas à prevenção de todos os atos de corrupção, nomeadamente através da identificação dos riscos nos processos empresariais e da definição dos comportamentos a evitar. • O Guia dos Direitos Humanos, que resume os riscos potenciais e as suas implicações para as empresas e define um conjunto comum de diretrizes sobre a forma de lidar com questões de direitos humanos. Estas diretrizes baseiam-se nos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), nas 8 convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais. • A Declaração sobre as Ações Fundamentais e Essenciais em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, que reflete a vontade comum de atingir o objetivo de "Zero Acidentes". A declaração é o resultado de um diálogo social construtivo e regular. No âmbito de uma política de melhoria contínua, afirma que só é possível progredir com todos os trabalhadores através da promoção de uma cultura de segurança. • As diretrizes ambientais, que fornecem um quadro destinado a minimizar os riscos e os impactos das atividades no ambiente. Todas as empresas devem seguir estas diretrizes para que as ações e os procedimentos possam ser melhorados e adaptados para proteger e preservar o ambiente onde quer que operem. Cada filial é responsável por assegurar que os parceiros comerciais desenvolvam esforços semelhantes ao longo da vida de um projeto. **DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Receita bruta	859.987	930.575	858.739	990.772	506.541	566.552
Impostos sobre a receita	(38.840)	(37.825)	(28.592)	(28.414)	(20.518)	(26.720)
Receita operacional líquida						



COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A. CNPJ: 08.928.273/0001-02
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma))

receita de contratos de construção está descrita a seguir: Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato, exceto quando há evidências de que outro método represente melhor a fase de execução do serviço. As variações nos custos com mão-de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho são registrados no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber".

b) Receita de comercialização de energia: A receita na comercialização é reconhecida quando a Cia. transfere o controle dos produtos (energia comercializada) para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Cia. espera receber em troca desses serviços. A Cia. aplica os seguintes passos: (i) Identificação do contrato com um cliente; (ii) Identificação das obrigações de execução no contrato; (iii) Determinação do preço de transação; Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (iv) Reconhecimento de receita quando ou conforme a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente remetidos aos agentes de comercialização de energia governamentais.

b) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos, variações cambiais dos passivos em moedas estrangeiras e perdas nos instrumentos financeiros de "swap". Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros: Certos instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas DFs individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas DFs individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Cia. determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; Em 31/12/24 e 2023 a Cia. possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e TVM classificados a valor justo por meio do resultado. **Custo Amortizado:** Em 31/12/24 e 2023 os ativos financeiros da Cia. classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes, e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48. **ii) Passivos financeiros: Classificação e mensuração:** A Cia. possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os outros passivos financeiros da Cia. estão relacionados na Nota 29. Na demonstração do fluxo de caixa, a Cia. optou por apresentar os juros pagos referentes a empréstimos obtidos com entidades terceiras nas atividades de financiamento. **Baixa de passivo financeiro:** A Cia. baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **d) Redução ao valor recuperável (Impairment): i) Ativos financeiros não derivativos:** São avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **v) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. **vi) Ativos não financeiros:** Todos os ativos não financeiros sujeitos a impairment são testados quanto a recuperabilidade quando há indício de que seu valor recuperável possa ser inferior ao valor contábil. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. **f) Clientes:** Compreendem o saldo do valor registrado ao custo amortizado, com utilização do método da taxa de juros efetiva, de contratos de prestação de serviços. **g) Ativo não circulante mantido para venda:** Um ativo não circulante é classificado como mantido para venda se seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda e não por meio de uso contínuo. Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão será registrada somente até o limite da perda reconhecida. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Cia. que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Cia. e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o I.R. destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa. **h) I.R. e C.S.:** O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i) Despesas de I.R. e C.S. corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **vii) Despesas de I.R. e C.S. diferidas:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de I.R. e C.S. diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Cia. espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **j) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **k) Dividendos:** A Cia. registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo (quando aplicável), a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Cia.. Dividendos propostos pela Administração da Cia., em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa. **7. Novas normas e interpretações contábeis: 7.1. Novos pronunciamentos contábeis vigentes em 2024:** a) **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das DFs a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A Cia. avaliou os impactos da adoção dessa norma e concluiu que não houve impactos relevantes em suas DFs individuais e consolidado. **7.2. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos estão demonstrados a seguir: **a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas DFs:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de DFs). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das DFs primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões. O IFRS

18 e as alterações às outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º/01/2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Cia. está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações trarão nas DFs individuais e consolidado e suas respectivas notas explicativas. **a) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controladora conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare DFs consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º/01/2027, com aplicação antecipada permitida. A Cia. está avaliando os possíveis impactos da adoção dessa norma, mas não espera impactos relevantes em suas DFs. **b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - DFs Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas DFs, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas DFs separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a uma forma de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de DFs que se iniciam em ou após 1º/01/2025. **d) Reforma Tributária sobre o Consumo:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado no num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei a promulgar. Em 17/12/2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do 1º projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16/01/2025, tomando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, 2º projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas DFs individuais e consolidadas de 31/12/24. **e) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de DFs e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o CPC, emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de DFs e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das DFs compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de DFs que se iniciam em ou após 1º/01/2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas DFs. **8. Reapresentação de saldos de 31/12/23:** Com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", a Cia. identificou a necessidade de reapresentar as rubricas resumidas nos quadros adiante, decorrentes das distorções materiais oriundas do reconhecimento na competência incorreta da transação comercial praticada de sua controlada ESB - Energia Sustentabilidade do Brasil S.A. com a coligada Carmo Energy S.A. praticada no decorrer do exercício findo em 31/12/23: **a) Balanço Patrimonial em 31/12/23: Em milhares de reais**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
12.a	60.819	-	60.819	60.438
14	870.492	3.810	874.302	870.118
15	19.892	-	19.892	19.892
	974.287	3.810	978.097	973.533
	1.440.035	3.810	1.443.845	1.446.283

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
16	40.528	-	40.528	40.531
19	3.920	-	3.920	3.926
	156.839	-	156.839	162.522

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
12.b	18.503	-	18.503	19.068
	431.930	-	431.930	432.495

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
24	486.023	-	486.023	491.194
25	(515.893)	-	(515.893)	(521.240)
	(29.870)	-	(29.870)	(30.046)
26	(27.956)	-	(27.956)	(28.384)
	(19.992)	-	(19.992)	(20.420)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
14	(49.862)	-	(49.862)	(50.466)
	(24.775)	3.810	(20.965)	(24.306)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
27	(240.705)	-	(240.705)	(240.707)
	(57.881)	-	(57.881)	(57.740)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
20.b	-	-	-	(6)
	(132.830)	3.810	(129.020)	(132.830)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
20.b	-	-	-	6
15	4.736	-	4.736	4.736
14	24.775	(3.810)	20.965	24.306

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
20.b	-	-	-	1.963
15	4.736	-	4.736	3.814
14	24.775	(3.810)	20.965	24.306

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
20.b	-	-	-	1.963
15	4.736	-	4.736	3.814
14	24.775	(3.810)	20.965	24.306

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste
	(i)	(ii)	(i)	(ii)
14	(110)	-	(110)	1
15	13	-	13	(40.435)
	26.100	-	26.100	(40.434)

9. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa, Bancos	83.071	74.790	84.232	75.556
Aplicações financeiras	211.398	18.672	222.611	24.221
	294.469	93.462	306.843	99.777

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Banco Santander	CDB DI	CDI	-	-	581	-
Banco Itaú	Compromissadas	CDI	211.398	18.672	222.611	23.640
			211.398	18.672	222.611	24.221

Taxa média de rentabilidade anual CDB e Compromissadas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
90% do CDI	80% do CDI	90% do CDI	80% do CDI	
	2024	2023	2024	2023
	86.004	6.216	88.645	6.216
	690	9.638	690	9.638
	708	4.319	708	4.319
	422	22.355	422	22.355
	23.557	25.941	23.372	25.941
	111.381	68.469	113.837	68.469
	166.978	223.134	166.978	223.134
	1.117	6.541	1.117	6.541
	279.476	298.144	281.932	298.144

10. Clientes	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes	111.381	68.469	113.837	68.469
Obras em curso (i)	166.978	223.134	166.978	223.134
Retenções Contratuais	1.117	6.541	1.117	6.541
	279.476	298.144	281.932	298.144

A vencer	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Vencidos de 30 até 90 dias	690	9.638	690	9.638
Vencidos de 90 até 180 dias	708	4.319	708	4.319
Vencidos de 180 até 365 dias	422	22.355	422	22.355
Vencidos a mais de 365 dias (i)	23.557	25.941	23.372	25.941
	111.381	68.469	113.837	68.469

11. Impostos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRRF a Compensar	28.732	21.014	28.989	21.039
IR Recolhido por Estimativa	562	562	562	562
CSLL Retida na Fonte	3.161	3.151	3.161	3.151



COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A. CNPJ: 08.928.273/0001-02
 Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma))

Mantiqueira					
Transmissão de Energia S.A. (iii)	656.122	-	242	88.777	(745.141)
ESB - Energia & Sustentabilidade do Brasil S.A.	3.636	-	4.318	-	7.954
	874.302	-	11.773	107.231	(972.788)

(i) Atalaia Terminais Marítimos S.A. é a nova denominação social de Eleia Comercializadora Varejista de Energia S.A., que fora divulgado nas DFs individuais e consolidada de 31/12/23. (ii) A Cia. efetivou a venda deste ativo em 23/12/2024, conforme demonstrado anteriormente na nota explicativa 13.b. (iii) Em 31/12/24, o ativo encontra-se como não circulante mantido para venda, conforme explicado anteriormente na nota explicativa 13.b.

Investimentos	Consolidado				
	2022	Aquisição de investimentos	Aporte de capitais investidas	Resultado de equivalência	Reversão de Dividendos
Eleia Comercializadora de Energia S.A.	278	-	-	(271)	-
Atalaia Terminais Marítimos S.A. (i)	555	-	-	(15)	-
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	225.877	-	-	(16.606)	-
Mantiqueira Transmissão de Energia S.A.	634.868	-	-	(7.691)	-
ESB - Energia & Sustentabilidade do Brasil S.A.	9	-	-	3.627	-
Lins 01 Energia SPE Ltda.	-	10	8.081	-	(8.091)
Lins 02 Energia SPE Ltda.	-	10	8.081	-	(8.091)
Lins 03 Energia SPE Ltda.	-	10	2.326	(1)	(2.335)
Lins 04 Energia SPE Ltda.	-	10	2.326	(1)	(2.335)
Lins 05 Energia SPE Ltda.	-	10	2.326	(1)	(2.335)
Lins 06 Energia SPE Ltda.	-	10	2.326	(1)	(2.335)
Lins 07 Energia SPE Ltda.	-	10	2.326	(1)	(2.335)
Lins 08 Energia SPE Ltda.	-	10	2.326	(1)	(2.335)
Panorama 01 Energia SPE S.A.	-	10	3.092	(1)	(3.101)
Panorama 02 Energia SPE S.A.	-	10	3.092	(1)	(3.101)
Panorama 03 Energia SPE S.A.	-	10	3.092	(1)	(3.101)
	861.587	110	39.394	(20.965)	(39.495)
					33.671
					874.302

(i) Atalaia Terminais Marítimos S.A. é a nova denominação social de Eleia Comercializadora Varejista de Energia S.A., que fora divulgado nas DFs individuais e consolidada de 31/12/23. Informações relevantes sobre as controladas e controladas em conjunto

Controladas	2023				
	Quantidade total de ações ou quotas possuídas	Participação em % social	Capital social	Lucro líquido das investidas	Reversão de Dividendos
Atalaia Terminais Marítimos S.A. (i)	5.173.466	100	5.173	(9)	-
ESB - Energia e Sustentabilidade do Brasil S.A.	50.000	100	50	4.316	-
Eleia Comercializadora de Energia S.A.	12.718.415	100	1.189	494	-
(i) Atalaia Terminais Marítimos S.A. é a nova denominação social de Eleia Comercializadora Varejista de Energia S.A., que fora divulgado nas DFs individuais e consolidada de 31/12/23.					

Controladas	2023				
	Quantidade total de ações ou quotas possuídas	Participação em % social	Capital social	Lucro líquido das investidas	Dividendos
Atalaia Terminais Marítimos S.A. (i)	5.173.466	100	5.173	(15)	-
ESB - Energia e Sustentabilidade do Brasil S.A.	50.000	100	50	3.627	-
Eleia Comercializadora de Energia S.A.	1.188.543	100	1.189	6.014	-
Controladas em conjunto					
Mantiqueira Transmissão de Energia S.A.	169.500	25	678.001	(30.766)	(115.781)
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	110.000	25	440.001	(66.427)	(18.904)
(i) Atalaia Terminais Marítimos S.A. é a nova denominação social de Eleia Comercializadora Varejista de Energia S.A., que fora divulgado nas DFs individuais e consolidada de 31/12/23.					

Controladas	Atalaia Terminais Marítimos S.A.					ESB - Energia Sustentável do Brasil S.A.					Eleia Comercializadora de Energia S.A.				
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Balanco patrimonial															
Ativo:															
Circulante	622	593	15.019	23.809	15.225	6.014									
Não circulante	-	-	32.450	36.619	-	-									
Total do ativo	622	593	47.469	60.428	15.225	6.014									
Passivo:															
Circulante	2	2	951	15.792	3.194	5.677									
Não circulante	89	51	38.565	41.000	-	330									
Total do passivo	91	53	39.516	56.792	3.194	6.007									
Patrimônio líquido	540	555	3.637	9	11.537	278									

Controladas	2023				
	Taxa de Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Veículos	20%	3.400	4.715	-	(1.819)
Computadores e periféricos	20%	695	-	-	(411)
Móveis e utensílios	10%	1.945	-	-	(499)
Máquinas e equipamentos	10%	13.485	2.220	(81)	(2.081)
Ferramentas	20%	367	-	-	(174)
		19.892	6.935	(81)	(4.984)
					21.762

Intangível Líquido	2023				
	Taxa de Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Softwares	12 meses	2	-	-	(2)
		2	-	-	(2)

Intangível Líquido	2023				
	Taxa de Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Veículos	20%	4.652	-	(21)	(1.231)
Computadores e periféricos	20%	1.250	37	(16)	(576)
Móveis e utensílios	10%	2.359	-	(8)	(406)
Máquinas e equipamentos	10%	15.549	-	(5)	(2.059)
Ferramentas	20%	702	-	-	(335)
		24.512	37	(50)	(4.607)

Intangível Líquido	2023				
	Taxa de Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Veículos	20%	4.652	-	(21)	(1.231)
Computadores e periféricos	20%	1.250	37	(16)	(576)
Móveis e utensílios	10%	2.359	-	(8)	(406)
Máquinas e equipamentos	10%	15.549	35.694	(5)	(4.736)
Ferramentas	20%	702	4.741	-	(1.472)
		24.512	40.472	(50)	(8.421)

16. Fornecedores	2023				
	Taxa de Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Softwares	12 meses	131	-	-	(129)
		131	-	-	(129)

16. Fornecedores	2023				
	Taxa de Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Fornecedores - materiais e serviços		7.418	11.358	9.749	23.613
Fornecedores - retenções contratuais		2.174	8.904	2.174	8.904
		9.592	20.262	11.923	32.517
Provisão de fornecedores (i)		111.633	20.266	111.633	20.266
Total		121.225	40.528	123.556	52.783

(i) Refere-se a gastos realizados de materiais e serviços para construção ou gerenciamentos de obra ainda não contabilizados. 17. Empréstimos e financiamentos

Investimentos	Controladora e consolidado				
	2023	Amortização do principal	Varição cambial	Liquidação SWAP	Juros Apropriações
Itaú	121.643	373.000	(100.332)	5.978	8.251
Citibank	313.376	-	(349.667)	10.186	34.507
	435.019	373.000	(449.999)	16.164	42.758

	Controladora e consolidado				
	2022	Captação principal	Amortização do principal	Varição cambial	Liquidação SWAP
Itaú	115.370	115.000	(108.403)	10.551	(14.799)
Citibank	273.701	298.000	(246.085)	24.106	(39.600)
	389.071	413.000	(354.488)	34.657	(54.399)
					21.240
					(14.062)
					435.019
					2024
					2023
					408.464
					23.592
					-
					411.427
					408.464
					435.019

As operações de empréstimos através de Cédulas de Crédito Bancário foram contratadas no mercado externo com fundamento na Lei 4.131/1962 e possuem Swap (instrumento financeiro derivativo) atrelado para troca de moeda e de taxa de juros, resultando em um empréstimo em reais remunerado a CDI. A operação foi denominada Swap de fluxo de caixa com limitador e foi contratada com o objetivo de proteção do valor principal mais os juros. O montante dos empréstimos se deve para melhor gerenciar o fluxo de caixa da Cia. no giro das operações e para custear andamento dos projetos em andamento e gastos iniciais de novos projetos. Banco Itaú: Em 16/04/2024 a Cia. renovou o empréstimo junto ao banco Itaú (Bahamas) no montante de USD 22.597 (R\$ 115.000) com uma taxa prefixada em 7,16% a.a. e swap com base no CDI + 0,80% a.a. A Cia. liquidou este empréstimo em 16/01/2025. Em 05/11/2024, a Cia. renovou o empréstimo junto ao banco Itaú (Miami), no montante de EUR 27.095 (R\$ 170.000) com uma taxa prefixada em 4,38% a.a. e swap com base no CDI + 0,27% a.a. A Cia. liquidou este empréstimo em 11/04/2025. Em 11/04/2025, a Cia. renovou o empréstimo junto ao banco Itaú (Miami), no montante de EUR 25.985 (R\$ 170.000) com uma taxa prefixada em 3,52% a.a. e swap com base no CDI + 0,90% a.a. com vencimento em 30 dias. Citibank: Em 09/08/2023 a Cia. renovou os 2 contratos de empréstimo que possuía no exercício anterior junto ao banco Citibank N.A. (EUA) no montante de USD 33.000 e USD 17.000 (R\$ 170.874 e R\$ 88.026) com uma taxa prefixada em 4,9453% a.a. e swap com base no CDI + 1,35% a.a. atualizando-os e incrementando nas condições de USD 34.624, USD 17.923 e USD 8.147 (R\$ 170.000, R\$ 88.000 e R\$ 40.000) com uma taxa prefixada em 7,23% a.a. juntamente com o instrumento swap com base no CDI + 1,25% a.a. Em 05/11/2024, a Cia. liquidou todos os contratos de empréstimo com o respectivo banco.

18. Obrigações sociais e trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários a Pagar	15.247	7.174	12.118	9.194
Provisão de Férias	10.073	5.496	2.730	2.086
INSS a pagar	8.613	6.836	669	1.070
FGTS a pagar	669	1.070	49.550	31.856
Outros	49.550	31.856		

19. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ISS	29	41	29	41
Tributos retidos na fonte (i)	3.688	3.051	3.866	3.053
IR / CSLL a pagar	482	-	913	3.538
PIS	72	24	129	25
COFINS	358	112	620	115
Outros impostos a pagar	406	692	543	692
	5.035	3.920	6.100	7.464

(i) O montante de tributos retidos na fonte é referente a I.R. de funcionários e retenções de INSS de fornecedores de serviços. 20. Impostos de renda e C.S.: a) Diferenças: No exercício de 2024 a Cobra Brasil constituiu ativo fiscal diferido no montante de R\$126.025 (R\$15.083 em 2023). Esse montante refere-se basicamente a provisão para perda na venda do investimento de R\$335.411, conforme nota explicativa 13.a.

b) Correntes	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do I.R. e C.S.	(290.169)	(129.020)	(287.672)	(129.020)
Despesa de I.R. e C.S. à alíquota de 34%	98.657	43.867	97.808	43.867
Adições (exclusões)				
Prejuízos fiscais	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	36.459	(7.128)	34.874	(8.264)
Diferenças permanentes	(31.406)	5.696	(31.613)	5.696
Diferenças temporárias	(114.040)	-	(114.040)	-
Diferença entre base tributável (Lucro real x presumido)	-	-	-	(833)
Prejuízos fiscal - ativo diferido não constituído	-	(42.435)	144	(42.435)
Constituição IRPJ e CSLL diferido Ativo	3.196	-	3.196	-
Total	(7.134)	-	(9.631)	(1.969)
Alíquota efetiva	2,5%	0,0%	3,3%	1,5%

21. Adiantamentos: a) A fornecedores: Os adiantamentos a fornecedores na controladora no montante de R\$ 46.611 (R\$34.056 em 2023) e no consolidado no montante de R\$ 46.918 (R\$ 34.717 em 2023), referem-se a adiantamentos a fornecedores pelas prestações de serviços e compra de materiais nos projetos. b) De clientes: Os adiantamentos de clientes na controladora e consolidado no montante de R\$ 68.368 (R\$56.943 em 2023), são relativos aos valores antecipados pelos clientes para cobrir gastos iniciais das obras. Esses valores são deduzidos no decorrer dos faturamentos conforme o andamento das obras. 22. Provisões para contingências: Em 31/12/24 o valor provisionado como causas prováveis resultou um total de R\$ 2.000 (R\$2.000 em 2023) e refere-se a demandas nas empresas que foram vendidas em exercícios anteriores, pois a Cia. continuou com a responsabilidade dos passivos fiscais, cíveis e trabalhistas destas empresas existentes na data da venda. A referida provisão representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de ressarcimento aos compradores das empresas.

Contingências com perdas possíveis:	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Ambiental	-	286
Cível	28	756
Fiscal	-	318
Trabalhista	1.972	640
	2.000	2.000

Contingências com perdas possíveis: A Cia. possui contingências de natureza fiscal, trabalhista e cível cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível. Em 31/12/24 as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizaram R\$ 80.256 (R\$46.682 em 2023).

Possível	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Fiscal (i)	26.231	23.353
Cível (ii)	49.732	6.781
Trabalhista (iii)	4.293	16.548
	80.256	46.682

(i) Em relação aos processos de natureza fiscal, destacamos o processo nº 08006611-22.2017.8.12.0007, cujo valor estimado de risco é de R\$ 22.218, representando aproximadamente 85% do montante total classificado como perda possível. O referido processo discute, desde 2017, a competência tributária para o recolhimento do ISS incidente sobre serviços de gerenciamento, coordenação, fiscalização e supervisão de obras, especificamente no projeto de linhas de transmissão de Ilha Solteira, com atuação nos Municípios de Cassilândia/MS e Paranaíba/MS. Ressaltamos que não se debate a ausência de pagamento do imposto, mas sim a definição do ente municipal competente para o seu recebimento, configurando conflito de competência entre os

COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A. CNPJ: 08.928.273/0001-02				
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma))				
Cenário	Cenário A		Cenário B	
	Realizado até 31/12/24	Realizado até 31/12/23	Realizado até 31/12/24	Realizado até 31/12/23
CDI (i)	15%	19%	23%	12%
PTAX - Dólar (i)	7,64	9,55	11,46	6,19
Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio				
Sem proteção - Consolidado		Efeito no lucro antes dos impostos - 2024 - aumento (redução)		
Ativos financeiros		31/12/24	Provável	Cenário A
Equivalentes de caixa e TVM - CDI		306.843	8.745	20.252
Sem proteção - Controladora		Cenário B		
Ativos financeiros		294.469	8.392	19.435
Equivalentes de caixa e TVM - CDI		294.469	8.392	19.435
Com proteção - Controladora e Consolidado		Cenário B		
Passivos financeiros (dívida protegida)		408.464	39.341	91.106
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira		408.464	39.341	91.106
Derivativos		379.937	10.828	25.076
Ponta ativa - Dólar		(408.464)	39.341	91.106
Ponta passiva - CDI		379.937	10.828	25.076
Efeito líquido		(28.527)	50.169	116.182
29.1. Categorias de instrumentos financeiros				
Ativos financeiros		Categoria		
Caixa e equivalentes de caixa		Custo amortizado		
Aplicações financeiras		Custo amortizado/Valor justo por meio de resultado		
Clientes		Custo amortizado		
Partes relacionadas		Custo amortizado		
Passivos financeiros		Categoria		
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado/Valor justo por meio de resultado		
Partes relacionadas		Custo amortizado		
Ativos financeiros		Categoria		
Caixa e equivalentes de caixa		Custo amortizado		
Aplicações financeiras		Custo amortizado/Valor justo por meio de resultado		
Clientes		Custo amortizado		
Partes relacionadas		Custo amortizado		
Passivos financeiros		Categoria		
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado/Valor justo por meio de resultado		
Partes relacionadas		Custo amortizado		

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.** - RJ: **Opinião:** Examinamos as DFs individuais e consolidadas da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cia."), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção à nota explicativa 8 às DFs individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os registros contábeis oriundos das operações da controlada, ESB - Energia e Sustentabilidade do Brasil S.A. e, consequentemente, o reconhecimento destas operações no investimento, nas DFs individuais, e a consolidação dos respectivos registros contábeis, nas DFs consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2023. Em 25/04/2024 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as DFs individuais e consolidadas, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as DFs e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva. **Outras informações que acompanham as DFs individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as DFs individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 06/05/2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F Ricardo Gomes Leite - Contador - CRC RJ-107146/O

Partes relacionadas				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras				
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores				
Partes relacionadas				
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos				
30. Seguros: A Cia. possui cobertura de seguro contra veículos, responsabilidade civil, risco de engenharia, riscos diversos dentre outros. A cobertura de seguros da Cia. está demonstrada conforme quadro a seguir:				
Nível 2	54.869	60.819	69.464	83.853
Nível 2	211.398	18.672	222.611	24.221
Nível 2	121.225	40.528	123.556	52.783
Nível 2	53.732	18.503	93.049	65.176
Nível 2	408.464	435.019	408.464	435.019

Tipo de cobertura	Vigência		Importância segurada
	Início	Final	
Risco de Engenharia	10/01/2024	30/06/2028	2.160.349
Responsabilidade Civil	22/11/2023	30/06/2028	2.142.559
Seguro Garantia	12/09/2023	30/06/2028	24.973
Riscos Ambientais	12/03/2024	30/06/2026	15.000
Riscos Diversos	22/09/2024	22/09/2025	11.703
Seguro Aeronáutico	04/05/2024	04/05/2025	418
Veículos	31/05/2024	01/09/2025	200
Total Geral			4.355.202

A Cobra Brasil é a tomadora do seguro e a segurada são os projetos que a Cobra Brasil tem em aberto. O total da importância segurada é superior ao total de receita faturada no ano. **31. Eventos Subsequentes:** Em 29/04/2025, a Cia. efetivou o seu desinvestimento da sua participação acionária na Mantiqueira Transmissão de Energia S.A., com a efetivação da venda houve um ingresso aproximado de R\$ 419 milhões em seu caixa; com isto, a Cia. mantém sua perspectiva de investir e desenvolver novos projetos já em fase construção ou em fase de estudos.

Vicente Macho Foronda - Diretor; José Carlos Herranz Yague - Diretor; Alfonso Brunner Beamud - Diretor; Wellington Santana - Controller/ Contador CRC-RJ 104.308/O-8 - CPF: 099.490.527/00

Economia

BRICS BRASIL

Alckmin destaca documento sobre multilateralismo

CÉLIA FROUFE/AE

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, enfatizou ontem, a aprovação consensual pelos representantes da indústria e comércio do Brics de um documento do bloco, que dá importância ao multilateralismo, livre comércio e Organização Mundial do Comércio (OMC), mas não respondeu a pergunta feita por jornalistas sobre se houve um debate sobre as sobretaxas comerciais impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Alckmin concedeu uma rápida entrevista coletiva à imprensa de cerca de sete minutos após a nona reunião de comércio e indústria do Brics, que ocorreu nesta quarta em Brasília.

"Houve um documento aprovado por todos os países que compõem os 11 países que compõem o Brics, estabelecendo nesse consenso a defesa do multilateralismo e o livre comércio. Então, todo o Brics defende o multilateralismo, defende o livre comércio, o respeito às regras e o fortalecimento da OMC, o desenvolvimento do comércio", enfatizou o vice-presidente.

Apesar de não ter respondido sobre o tarifaço, Alckmin comentou sobre uma "crise do

multilateralismo", que, segundo ele, tem um papel importante no desenvolvimento, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento dos países. "Para as crises do multilateralismo do comércio, o caminho é mais multilateralismo e mais comércio, e o caminho é um diálogo. Isso é o que se exercitou hoje em dia todo, com países que são diferentes, não só como um misto econômico, geográfico, cultural, mas que têm uma identidade e um compromisso com o desenvolvimento."

Usando uma das expressões mais habituais, o ministro defendeu que o comércio exterior tem de ser um "ganha-ganha", um "win-win", como fez questão de reforçar após o encontro internacional. "Eu sou mais eficiente num setor, eu vendo. O outro é mais eficiente no outro setor, ele vende pra mim. Quem ganha é o conjunto da sociedade, pois tem muito de complementariedade econômica. Ninguém faz tudo sozinho, você tem cadeias produtivas com complementariedade econômica", disse. O vice-presidente disse ainda que o bloco não discutiu sobre a gripe aviária no Brasil, mas aproveitou para elogiar o trabalho do Ministério da Agricultura. "Não foi falado, não foi nem mencionado. A gripe aviária existe em vários lugares no mundo, é um vírus.

MUNICÍPIOS

Carta proporrá emendas à PEC da Sustentabilidade Fiscal

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Os prefeitos participantes da 26ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios apresentam hoje uma carta contendo as principais reivindicações aprovadas durante o encontro que está sendo realizado na capital federal.

Terça-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da abertura do evento.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a principal reivindicação diz respeito a três sugestões de alteração à proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do parcelamento das dívidas dos municípios com a Previdência Social.

Além das emendas na PEC nº 66/2023, os prefeitos pedirão celeridade para a continuidade do processo eleitoral que definirá os representantes municipais no Conselho Superior do Comitê Gestor do Imposto Sobre Bens e Serviços (CGIBS).

Para os prefeitos, outro ponto preocupante entre os que serão apresentados na carta da marcha é a criação de um gatilho de compensação de perdas dos municípios em decorrência da ampliação, para R\$ 5 mil, da fa-

ixa de isenção de Imposto de Renda Pessoa Física.

PEC 66/23

Com relação à PEC 66/23, as três emendas a serem defendidas na carta organizada pela CNM abrangem aplicação automática das novas regras previdenciárias da União para os municípios, caso estes não consigam adotá-las no prazo de 18 meses após promulgação.

De acordo com a entidade, a ideia é viabilizar "regras de elegibilidade, de cálculo e de reajustamento de benefícios que promovam resultado financeiro e atuarial assemelhado ao das regras aplicadas ao Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) da União.

Os prefeitos pedem também maior gradação do limite de comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com pagamento de precatórios, mantendo o limite máximo de 10 anos para quitar o estoque com o objetivo de contemplar os municípios mais afetados atualmente. Eles sugerem que, para correção dos precatórios, deve-se aplicar taxa de juros reais de 4% ao ano como limite máximo.

A terceira emenda a ser pro-

RICARDO STUCKERT



cionado de juros de até 4%", explica a entidade ao propor, ainda, que as demais dívidas dos municípios com a União sejam refinanciadas em 360 meses.

CGIBS E GATILHO

A carta defenderá também a continuidade do processo eleitoral do CGIBS, que ficará responsável por implementar, gerenciar e coordenar a implementação do IBS - um dos pilares da reforma tributária, que será adotado para substituir o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

A CNM pede que seja dada celeridade ao processo que definirá quem serão os representantes dos municípios nesse comitê. No entanto ainda há dúvidas sobre como será feita a escolha dos representantes municipais no comitê.

Outro ponto que a CNM considera prioritário na carta é a proposta de criação de um gatilho de compensação das perdas de arrecadação, em função da isenção do IRPF prevista para contribuintes que recebem salários de até R\$ 5 mil mensais.

posta prevê uma alteração do indexador para correção da taxa de juros das dívidas previdenciárias dos municípios.

"O Senado manteve a Selic como taxa referencial. A CNM sugere que o indexador seja o IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo], assim como foi determinado para a correção das dívidas dos estados e do Distrito Federal [DF] adi-

APOSENTADOS DO INSS

Fraude: AGU calcula que pedidos de reembolso já somam R\$ 1 bilhão

GIORDANNA NEVES/AE

A Advocacia-Geral da União (AGU) calcula que os pedidos de reembolso de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que tiveram descontos indevidos já somam R\$ 1 bilhão, apurou o Grupo Estado.

O valor é uma estimativa baseada nos cerca de 1,7 milhão de beneficiários que informaram,

até o momento, que foram lesados pelos descontos a associações e sindicatos - que desentendam a Operação Sem Desconto, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU).

Mais de 1,74 milhão de aposentados e pensionistas do INSS solicitaram reembolso de descontos não autorizados feitos por entidades associativas, conforme balanço divulgado na terça-feira, 20. Os dados foram

contabilizados até as 17 horas de terça-feira.

As associações terão um prazo de 15 dias úteis para comprovar o vínculo com o beneficiário, anexando ao sistema documentos, por exemplo, que atestem sua filiação, a autorização para o desconto e a identidade do segurado.

Se ficar confirmado que não houve autorização formal, o beneficiário receberá o reembolso.

Caso a entidade responsável não devolva os valores no prazo, o governo avaliará o prejuízo causado, os recursos apreendidos e decidirá se será necessário recorrer ao Tesouro Nacional para garantir o ressarcimento aos beneficiários.

Se 100% das associações tivessem fraudado os descontos a beneficiários, o custo chegaria a cerca de R\$ 5,9 bilhões, mas essa não é a expectativa do governo.

COMPANHIA INCORPORADORA DO PONTAL
CNPJ 18.121.706/0001-77

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. No uso de suas atribuições, o Diretor da Companhia Incorporadora do Pontal, sociedade anônima sediada na Avenida Churchill, nº 129, Sala 501, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.020-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.121.706/0001-77, convoca todos os acionistas, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, com a presença de 1/4 do capital votante, em 02/06/2025, às 10h, de forma exclusivamente virtual, mediante a utilização da plataforma Microsoft Teams, para a participação e a votação à distância por meio do link: <https://teams.microsoft.com/join/242021768253?pwd=Ue26fk3HLsIxVom6>; e em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, em 09/06/2025, às 10h, também de forma exclusivamente virtual, mediante a utilização da plataforma Microsoft Teams, para a participação e a votação à distância, através do link: <https://teams.microsoft.com/join/2816144763193?pwd=5GzLJU1ofog4jvsaS2>; com a seguinte ordem do dia: (i) proposta de mudança da forma de administração e gestão da companhia, com a consequente alteração do caput dos arts. 11 e 13, e do parágrafo único do art. 14 do estatuto social; (ii) proposta de aprovação das contas da administração e demonstrações financeiras da companhia, relativas aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, que encontram-se publicadas na Central de Balanços desde 13/05/2025 <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>; e (iii) a eleição de diretoria para um novo mandato de 3 (três) anos. Em ambas as convocações, para o registro da assinatura da ata, será utilizado o assinador eletrônico "D4sign". Para todos os fins legais, Assembleia será considerada realizada na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2025.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607
Balço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2024



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Diretoria ficará à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários, estando à disposição, também, para exames dos Senhores Acionistas na íntegra, o Relatório de Diretoria e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	4.977	4.741
Créditos a Receber			
Contas a Receber	05	12.657	9.801
Cessão de Servidores	06	1.825	1.825
(-)Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	06	(1.213)	(1.213)
Adiantamentos a Empregados		590	472
Indenizações de Seguro Habitacional a Receber	07	154.436	146.001
Cotas Financeiras a Receber	08	18.889	12.450
Outros Recebíveis	09	48	48
Empréstimos e Financiamentos	10	176.256	175.067
Outros Depósitos	11	1.322	1.322
Estoques	3.04	142	123
Devedores por Responsabilidade		153	153
Total do Ativo Circulante		370.082	350.790
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Recursos a Receber do Estado		559	559
Vendas Compromissadas	15	11.706	11.822
FCVS a Receber	16	422.988	421.801
Imóveis para Venda	NEII	56.399	56.399
Recursos Vinculados - Depósitos Judiciais	17	12.473	12.473
Total do Realizável a Longo Prazo		504.125	503.054
Investimentos	12	38	38
Imobilizado	13	638	679
Intangível	14	30	35
Total do Ativo Não Circulante		504.831	503.806
TOTAL DO ATIVO		874.913	854.596

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em Milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores a Pagar	18	3.721	3.952
Pessoal a Pagar		4.452	8.821
Pensão Alimentícia		4	4
Encargos Sociais a Recolher		836	172
INSS a Recolher		2.874	5.480
IRRF a Recolher		2.512	2.276
Impostos e Contribuições		1.293	2.640
Outras Obrigações	21	11.049	7.032
Provisões de Férias		6.192	-
Dívidas Assumidas pelo Estado (Curto Prazo)		5	5
Seguros a Pagar	19	249.065	239.187
FCVS a Pagar	20	47.594	44.964
Total do Passivo Circulante		329.597	314.533
NÃO CIRCULANTE			
Outras Obrigações - Parcelamento PERT (REFIS IV)	21	5.511	8.393
Dívidas Assumidas pelo Estado	22	373.115	370.249
Provisões - Indenizações Trabalhistas	24	45.113	45.113
Outras Provisões	24	9.155	9.155
Total do Passivo Não Circulante		432.894	432.910
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	25	242.168	242.168
Reservas de Reavaliação		28.478	28.478
Ajuste de Avaliação Patrimonial		151	-
Prejuízos Acumulados	26	(158.375)	(163.493)
Total do Patrimônio Líquido		112.422	107.153
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		874.913	854.596

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO
EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Em Milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS			
		339.807	583.311
Receitas Governamentais	DR-1	326.475	567.889
Receitas de Comercialização e Administração de Créditos	DR-2	13.332	15.422
(-) CUSTOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(203.657)	(412.341)
De Produção	DR-4	(203.657)	(412.341)
De Comercialização e Administração de Créditos	DR-5	-	-
(=) Lucro/Prejuízo Bruto		136.150	170.970
Receitas (Despesas) Operacionais			
		(117.688)	(102.753)
Pessoal e Encargos	DR-6	(79.901)	(68.648)
Despesas com Materiais	DR-7	(33)	(56)
Despesas de Serviços	DR-8	(35.565)	(31.316)
Despesas Tributárias	DR-9	(2.189)	(2.733)
Resultado Financeiro Líquido		(2.630)	(2.487)
Despesas Financeiras	DR-10	(2.630)	(2.487)
Receitas Financeiras	DR-3	-	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL		15.832	65.730
Outras Receitas / Despesas Operacionais			
	DR-11	(24.888)	(71.438)
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO			
		(9.056)	(5.708)
Prejuízo por Ação		(0,0000)	(0,0000)

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO
EM 31 DE DEZEMBRO 2024

MÉTODO INDIRETO

(Em Milhares de Reais)

	2024	2023
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Exercício	(9.056)	(5.708)
Ajustes:		
Ajuste de Exercícios Anteriores	14.174	(74)
Depreciação e Amortização	197	205
Atualização de Dívidas	3.981	7.577
Atualização Monetária e Multas sobre Empréstimos com Mutuários	(1.916)	(2.933)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	7.380	(933)
Créditos a Receber	(18.193)	(5.056)
Estoques	(20)	(2)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(18.213)	(5.058)
Fornecedores	(231)	(7.495)
Obrigações Sociais e Tributárias	(1.229)	2.442
Outras Contas a Pagar	12.650	11.392
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(121)	(135)
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	11.069	6.204
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	236	213
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento/Baixa de Ativo Imobilizado	-	(12)
Aumento/Baixa de Ativo Intangível	-	(35)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	-	(47)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	236	166
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4.741	4.575
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4.977	4.741



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607
Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2024



COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Doações Subvenções	Reserva Legal	Reserva de Reavaliação	Dividendos Não Distribuídos	Lucro (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2022	242.168	-	-	28.478	-	(157.711)	112.935
Ajuste de Exercícios Anteriores						(74)	(74)
Ingresso						-	-
Lucro ou Prejuízo do Exercício						(5.708)	(5.708)
Em 31 de dezembro de 2023	242.168	-	-	28.478	-	(163.493)	107.153
Ajuste de Exercícios Anteriores						14.174	14.174
Ingresso						-	-
Lucro ou Prejuízo do Exercício						(9.056)	(9.056)
Em 31 de dezembro 2024	242.168	-	-	28.478	-	(158.375)	112.271

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em Milhares de Reais

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – ATUAL - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB – RJ é uma sociedade anônima de economia mista, órgão da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro, criada pela Lei Estadual nº 263, de 24 de dezembro de 1962, com a denominação social de Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara – COHAB – GB.

Em 1975, por força dos artigos 5, 6, 7 e 8 do Decreto Lei Estadual nº 39, de 24/03/1975, a COHAB-GB incorporou a Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio de Janeiro – COHAB-RJ, alterando, por consequência, a sua razão social para Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB-RJ, que permanece até esta data.

A CEHAB tem como objetivo:

- I – Prover o direito à moradia adequada de interesse social nas áreas urbanas e rural do Estado do Rio de Janeiro;
- II – Planejamento global e setorial, produção e comercialização de unidades habitacionais de interesse social, obedecido os critérios e normas estabelecidas pelo Governo do Estado e pela legislação federal;
- III – Aquisição, urbanização e venda de terrenos;
- IV – Exercício de atividades de construção civil, para si ou para terceiros;
- V – Apoio a programas e projetos de desenvolvimento comunitários;
- VI – Atuar como agente financeiro e promotor do Sistema Financeiro da Habitação, ou outro que o substitua, em todo território do Estado do Rio de Janeiro;
- VII – Recuperações e infraestrutura no âmbito de áreas deterioradas no Estado do Rio de Janeiro.

1.2 – NOVO CONTEXTO OPERACIONAL

1.2.1 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

Em abril de 2021, a CEHAB iniciou o exercício de Planejamento Estratégico envolvendo a Alta Administração e Gestores de todas as Áreas Finalísticas e de Suporte, dando forma e personalidade à empresa, distinguindo-a de seus competidores. Definindo a sua identidade estratégica e assim, apresentando o que a Companhia almeja ser ou onde pretende chegar. Iniciando-se, desta forma, a implantação do Plano de Ação, para atingimento dos objetivos atuais e futuros, conforme segue.

Negócio da CEHAB-RJ: Habitar com bem-estar social.

Visão da CEHAB-RJ 2030: Ser reconhecida, nacionalmente, como a melhor Companhia de habitação com bem-estar social, buscando reduzir o déficit habitacional, de forma sustentável.

Missão da CEHAB-RJ: Oferecer as melhores soluções em habitação, com compromisso social e sustentável.

Valores da CEHAB-RJ:

Persistência em criar o futuro.
Interlocução e interação nas áreas de interesse social.
Compromisso com a mudança e a inovação.
Foco na qualidade das produções habitacionais.
Responsabilidade socioambiental continuada.

1.2.2 – GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Ante a necessidade obrigatória de adequar a CEHAB-RJ, sociedade anônima de economia mista, de atender aos dispostos da Lei 13.303/16 – Lei das Estatais, regulamentada pelo Decreto 46.188/2017, foi instituído pela Portaria 138 de 2021 um Grupo de Trabalho tendo como objetivo preponderante, estudo de instrumentos que viabilizem as adequações legais, ainda pendentes, com destaque na regulamentação relativa às práticas de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e "Compliance" - GRC e efetivo cumprimento do Objeto Social.

Este GT GRC concluiu cinco fases entre 07 fases planejadas, para decisão da Alta Administração, quais sejam:

1. Mapeamento da lei 13.303/2016 e Decreto 46.188/2017 e
2. Proposta de Redesenho de Organograma e Estruturação Organizacional do GRC.

Considerando que as sete fases do trabalho são:

1. Mapeamento da lei 13.303/2016 e Decreto 46.188/2017;
2. Proposta de Redesenho de Organograma e Estruturação Organizacional do GRC;
3. Redesenho de Organograma Detalhado e Regimento Interno;
4. Matriz de Risco a partir do Plano de Negócios;
5. Redesenho dos Processos e Fluxo Integrado - validando a proposta da fase 2;
6. Matriz SWOT e
7. Entrega do Relatório Final com a implantação da área da GRC

No final do exercício de 2022, a CEHAB-RJ, concluiu o seu Plano de Negócios, o que servirá de norte às novas Políticas de Habitação Social que deverão ser definidas e priorizadas no Governo do Estado com atuação da Nova Secretaria de Habitação, criada na estrutura no novo Governo.

No presente momento, com a parceria da SEPLAG, através da Equipe da Subsecretária de Gestão e Modernização - SUMOB, Superintendência de Simplificação de Processos e Serviços - SPSIMP, via Coordenação do Escritório de Processos e Inovação - EPERJ, para promover a reformulação geral de todos os processos finalísticos e de suporte, de forma moderna e inovadora, e mais a Revisão do Estatuto e Regimento Interno, com a participação dos 40 multiplicadores empregados da Cia. O resultado deste trabalho será a base para estabelecer os controles internos, um dos pilares da GRC.

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e está se adaptando aos reflexos produzidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, para reconhecimento em sua integralidade, bem como pela Lei 13.303/16 – que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e decreto estadual 46.188/17 que o regulamenta no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.01 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.02 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários de livre movimentação, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, pertencentes a terceiros, oriundas de cauções e retenções contratuais, com o objetivo de garantir a integridade do contrato e valores à Disposição do Tesouro do Estado, oriundos de recursos próprios – Fonte 230.

• Bancos Conta Movimento e Vinculada a Convênios

Refere-se aos pagamentos das obrigações contraídas pela CEHAB-RJ para o desenvolvimento de suas atividades, custeados pelo Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, em obediência ao Orçamento Estadual, e em conformidade com a decisão do Governo do Estado. Àquelas obrigações relativas a investimentos em obras foram custeadas com a participação do Estado, através do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS.

• Aplicações Financeiras

Referem-se às aplicações financeiras dos recursos de terceiros, relativas a retenções contratuais sobre faturamentos de obras, contratos, em sua grande maioria anterior a 2001.

• Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

Conta que substituiu a antiga Conta Depósitos à Disposição no Tesouro, relativa aos valores recebidos pela Companhia - Fontes Própria/Estado e depositados no Tesouro Estadual, oriundos de arrecadação de mutuários, de recursos de terceiros relativos às retenções contratuais de obras em espécie, acrescentando-se os recursos de obras do FEHIS de responsabilidade exclusiva do Estado, aplicados em Recuperação de Conjuntos Habitacionais, Construção e Urbanização.

3.03 Prestações a Receber

Corresponde, no Ativo Circulante, ao valor das prestações mensais vencidas e não pagas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB – RJ, os demais valores referentes ao saldo devedor.

As prestações a receber de mutuários, inicialmente, são reconhecidas pelo valor do contrato de financiamento.

Os trabalhos de depuração dos contratos de financiamentos, continuam sendo desenvolvidos na empresa, objetivando a correção de distorções na Carteira Imobiliária, e conseqüentemente a apuração das diferenças e seus reflexos serão objeto a posteriori de ajustes contábeis e de valor justo, vide Nota 22.

3.04 Estoques

Os estoques foram valorados ao custo de aquisição.

3.05 Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

3.06 Imóveis para Venda

Referem-se ao estoque de unidades habitacionais destinadas à venda ou para inserção em Programas de Interesses Sociais em atendimento a população de baixa renda.

3.07 Investimentos

Os investimentos avaliados pelo método de custo estão apresentados ao custo de aquisição.

3.08 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição deduzido das depreciações que são calculadas com base no método linear e avaliação, conforme legislação vigente, vide Nota 13.

3.09 Fornecedores a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de contrato.

3.10 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Outros passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata die".

3.11 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. Porém no exercício de 2022, em função da Rotina estabelecida no SIAFE-RIO, as Despesas de Exercícios Anteriores Pagas foram contabilizadas no Resultado de Exercícios Anteriores (Patrimônio Líquido).

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Banco conta movimento	364	363
Aplicações financeiras	137	130
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	4.476	4.248
	4.977	4.741

4.2 O Saldo das aplicações Financeiras correspondem as Contas de Poupança, relativas a retenções contratuais, anteriores a 2001, cujos valores foram parte bloqueados para depósitos judiciais.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607
Balço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2024



4.3 O Saldo da Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, corresponde basicamente, à indenização por desapropriação de imóvel na Av. dos Campeões, em 2017, no valor de R\$ 3,256 milhões, que sofreu arresto judicial, tendo como consequência a não quitação de diversos compromissos com fornecedores de serviços, bem como valores não utilizados no Exercício Fonte 230.

	2024	2023
Fonte 081 Recursos Não Orçamentários- Rec. Terceiros	147	147
Fonte 100 Recursos do Estado – Provenientes de Impostos	19	9
Fonte 145 Fonte 145 Recursos da Concessão de Serviço Público	4	-
Fonte 230 Recursos Próprios – Arrecadação	1.050	836
Fonte 233 Recursos Próprios – Alienação de Bens	3.256	3.256
	4.476	4.248

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

	2024	2023
Aluguéis a Receber	12.657	9.801
	12.657	9.801

Referem-se a prestação do aluguel de março/2020 a dezembro/2024 de um terreno locado a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, cujo vencimento é no dia 10 do mês subsequente. A pendência está sendo tratada pelo SEI-170029/000340/2020 e SEI-170029/000044/2022. Os referidos valores se constituem em penhoras judiciais no processo nº 0113000-33.1995.5.01.0023.

NOTA 6 – CESSÃO DE SERVIDORES

Referem-se aos funcionários da CEHAB-RJ, à disposição de órgãos municipais, estaduais e federais, sem ônus para o Estado, cujo ressarcimento é efetuado pelos órgãos requisitantes. No exercício de 2014 foi constituída a “Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa”, tendo em vista que ao longo de todos esses anos de cobrança administrativa não logrou êxito suficiente. Os demais créditos vêm sendo ressarcidos, via emissão de Guia de Recolhimento do Estado – GRE.

	2024	2023
Cessão de Servidores	1.825	1.825
(-) Prov. p/ Cred. Liq. Duvidosa	(1.213)	(1.213)
	612	612

NOTA 7 – INDENIZAÇÕES DE SEGURO HABITACIONAL A RECEBER

	2024	2023
Indenizações a Receber	154.436	146.001
	154.436	146.001

Referem-se às indenizações represadas pelas Companhias de Seguro Habitacional, correspondentes aos sinistros por morte ou invalidez permanente ocorridos de 1989 até 31 de dezembro de 2024.

As tratativas entre as partes interessadas estão em andamento, face às divergências entre débitos (Prêmios de Seguros a Pagar) e créditos, que estão sendo apurados, para questionamento com a CAIXA e a consequente negociação - encontro de contas com os Prêmios de Seguros em Atraso e pagamento, vide Nota 16.

	2024	2023
Indenizações a Receber	154.436	146.001
Seguro a pagar - Financiamento	249.065	239.187
Diferença	- 94.629	- 93.186

NOTA 8 – COTAS FINANCEIRAS A RECEBER

	2024	2023
Cotas Financeiras a Receber	18.889	12.450

Referem-se a valores a serem liberados pelo Governo do Estado de compromissos assumidos no exercício de 2024 e anteriores.

NOTA 9 - OUTROS RECEBÍVEIS

	2024	2023
Taxas e Multas a Receber	14	14
Demais Créditos a Receber	34	34
	48	48

Refere-se a valores de recebíveis, de multa aplicada em contratos de obras e outros em trânsito.

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (PRESTAÇÕES A RECEBER)

	2024	2023
Financiamentos Concedidos	80.168	80.238
Seguros a Faturar	5.533	5.002
FCVS a Faturar	(56)	(56)
Financiamentos Repassados RIO-URBE	90.611	89.883
	176.256	175.067

Correspondem, ao valor das prestações mensais vencidas e não pagas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB – RJ, dos seus acessórios de seguro habitacional e FCVS, vide Nota 22.

O outro valor de relevância neste grupo de contas, refere-se ao financiamento repassado a RIO-URBE, relativos aos empreendimentos Bangu I e Bangu II, cujas prestações dos contratos estão vencidas e não pagas, com taxa de juros de 9% a.a.

Nos exercícios de 2017 e 2018, em operação conjunta entre a CEHAB e a antiga Secretaria de Obras e Habitação – SEOBRAS, foram feitas tratativas para a Cobrança da Dívida, daquela empresa com a CEHAB-RJ, bem como ajustes de valores nos contratos respectivos.

Em 2022 a anterior gestão, reativou as tratativas administrativas com a RIO-URBE, ainda, sem resultados positivos, o que em Ata da 985ª Reunião Ordinária da Diretoria, ficou decidido pelo Colegiado “serão realizadas tratativas, junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, para um ajuste de contas entre as partes; caso não haja êxito na via administrativa, a demanda será encaminhada à Coordenadoria Jurídica – 01-CJUJ. No valor contábil não estão, ainda, considerados os juros de mora.

NOTA 11 - OUTROS DEPÓSITOS

Referem-se aos valores bloqueados judicialmente em contas correntes e de poupança da CEHAB-RJ e de terceiros.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

Referem-se às participações da CEHAB-RJ no capital de empresas do Estado e Concessionária de Serviços Públicos.

NOTA 13 – IMOBILIZADO

	2024		2023	
Discriminação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Aquisições	Valor residual
Bens Imóveis	535	(447)	-	88
Bens Móveis	2.111	(1.418)	-	591
TOTAL	2.646	(1.865)	-	679

A taxa de depreciação para bens móveis é de 10% a.a.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

Refere-se as aquisições de SOFTWARE, efetuadas em exercício anterior, para o desenvolvimento das atividades da empresa.

NOTA 15 - DEVEDORES POR VENDAS COMPROMISSADAS

Correspondem às prestações vincendas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB-RJ. Os valores, ainda não estão, totalmente, conciliados. Estes contratos, encontram-se em fase de depuração, visando a apuração de diferenças e os consequentes ajustes contábeis, vide Nota 22.

NOTA 16 - FCVS A RECEBER

Referem-se a contratos de financiamentos concedidos aos mutuários com cláusulas de cobertura do FCVS que tiveram seus respectivos prazos contratuais encerrados e que estão em processo de habilitação, análise e homologação, junto à Administradora do FCVS/CAIXA, cuja situação da documentação encontra-se em análise e reprocessamento, em 31/12/2024 e na CEHAB-RJ. Em função da depuração dos contratos e ajustes no Sistema, os valores do Balço deverão ser ajustados com os da CAIXA, após todas as etapas de análise final das habilitações, dos recursos e da auditoria. Assim será possível compatibilizar os saldos com os contábeis, ambos sofrerão ajustes, conforme se segue:

	2024	2023
Habilitados c/ RCV homologados c/ valor	28.505	27.318
Auditados	28.505	27.318
Não auditados	-	-
Encerrados e Liquidados	-	-
Habilitados em análise na CAIXA	368.845	368.845
A habilitar	25.638	25.638
	422.988	421.801

Através do SEI 490002/001012/2024, está sendo tratada a licitação e a consequente contratação de empresa especializada para a “Prestação de Serviços de emissão, remessa, controle e acompanhamento de documentação, relativa a Habilitação de Contratos, Depuração, Validação, Análise e Respostas provenientes da CAIXA e a Novação dos financiamentos quitados, passíveis de cobertura, junto à Carteira do Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS”.

NOTA 17 - RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se aos depósitos judiciais recursais, que, atualmente, encontra-se em fase de pesquisa e análise contábil, para futura conciliação com a Coordenadoria Jurídica.

	2024	2023
Recursos Vinculados	12.473	12.473

NOTA 18 - FORNECEDORES A PAGAR

Face à promulgação do Decreto 45.692/2016 e, atualmente, a Lei 5.273/21, que tratam da situação de calamidade pública e falimentar do ESTADO e a sua Recuperação Fiscal.

	2024	2023
Restos a Pagar	363	407
Demais	3.358	3.545
	3.721	3.952

NOTA 19 – SEGUROS A PAGAR

	2024	2023
Seguros a Pagar	249.065	239.187

Referem-se aos valores constantes das faturas emitidas pelas Companhias Seguradoras relativas aos prêmios do seguro habitacional de cada unidade comercializada pela CEHAB-RJ. As Indenizações de Sinistros Represadas serão objeto de encontro de contas com os Prêmios de Seguros em Atraso.

Os pagamentos mensais dos prêmios faturados de 2001 a 2010, estão suspensos, e fazem parte de futura decisão de Diretoria, quanto ao parcelamento com a CAIXA e a CEHAB-RJ. Caso haja saldo suficiente nos contratos novados poderá ser efetuado Encontro de Contas, na mesma forma, relativa aqueles de dívidas até 2000, vide Nota 16.

NOTA 20 – FCVS A PAGAR

	2024	2023
Mensal	123	117
Trimestral	46.932	44.341
Sifcvs/Recursos	539	506
	47.594	44.964

20.1 Trimestral

Contribuição trimestral dos agentes financeiros sobre os saldos devedores dos contratos de financiamentos com cobertura do FCVS, a partir de 4º trim. /1984 até o 4º trim. /2000. Os custos incidentes trimestrais sobre a dívida são: mora 0,033 ao dia e multa de 2% a.m, cumulativamente. As cobranças foram encerradas com a edição da Lei 10.150/2000. Não ocorreu nenhuma Contribuição Trimestral até a presente data, vide Nota 16.

20.2 Mensal

Contribuição mensal de 3% sobre (A+J) das prestações dos mutuários. Existe uma diferença de dívida, relativas às Contribuições Mensais ao FCVS, relativos aos exercícios de 1991 a jun/2005, meses intercalados. Os custos incidentes mensais sobre a dívida são: mora 0,033 % ao dia e multa de 2% a.m, cumulativamente, vide Nota 16.

20.3 Multa por Não Apresentação de Recursos

À medida que os agentes financeiros perdem seus prazos para recursos exigidos de documentação e informações, relativos aos contratos com cláusula de FCVS habilitados e em fase de análise da documentação, é cobrada multa mensal de R\$ 0,38 + TR sobre cada contrato de financiamento, que vai se acumulando, assim se constituindo em dívidas financeiras, vide Nota 16.

NOTA 21 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos valores de contribuições e tributos, correspondentes à ADESÃO ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, ocorrido em 2017.

NOTA 22 – DÍVIDAS ASSUMIDAS PELO ESTADO

	2024	2023
Não Circulante	373.115	370.249

Contrato de Confissão, Assunção e Ressarcimento de Dívida, com base na Lei Estadual nº 2.002, de 05 de maio de 1992, firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB- RJ, através do qual essa Companhia se comprometeu a entregar ao Estado, como forma de ressarcimento, o somatório das receitas recebidas da totalidade de seus mutuários, corrigida mensalmente pela UPR.

Face aplicação da Lei Estadual 4.512/2005, que permitiu a quitação das prestações dos mutuários do SFH com cláusulas contratuais de FCVS, sem a devida alteração neste contrato, houve um enorme desequilíbrio no ATIVO e uma total incapacidade de quitação do PASSIVO. Assim em 2018, o Estado do Rio de Janeiro, através de aumento de capital e amortização desta Dívida, promoveu a regularização do efeito patrimonial que estas quitações geraram. As seguintes quitações fazem parte do SEI 170029/001137/2022.

A quitação final desse contrato triangular CAIXA/CEHAB/ESTADO, se concretiza quando forem liberados os valores remanescentes do Encontro de Contas com o FCVS-CAIXA.

NOTA 23 – PROCEDIMENTO DA RFB

Em 22 de dezembro de 2012, foi lavrado o Procedimento Fiscal nº 07110800.2010.01301, Processo 12448.731.339-2012-23, pela Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, contendo 04 (quatro) tributos, correspondentes ao Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social e Contribuição Para o PIS/PASEP, referente à data-base de 31 de dezembro de 2008. O presente Auto de Infração resultou na constituição de créditos tributários pela DRF nos seguintes valores:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607
Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2024



Tributos	2024	2023	2012
IRPJ - Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica	12.293	11.785	5.456
CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	4.467	4.282	1.982
COFINS - Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social	24.072	23.098	10.785
PIS - Contribuição Para o PIS/PASEP	5.226	5.015	2.341
TOTAL	46.058	44.180	20.564

A CEHAB ajuizou, na 1ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Ação Anulatória com tutela de Urgência de Débito Fiscal por dependência à Execução Fiscal 0162475-69.2016.4.02.5101, alegando prescrição das Certidões de Dívida Ativa, sendo em 2021, concedida sentença dando como parcialmente procedente apenas para decretar a nulidade do pedido, relativo aos tributos de COFINS e PIS/PASEP no montante de R\$ 28.113 (vinte e oito milhões e cento e treze mil) - DAs nºs 70716004910700 (PIS) e 7061601797620 (COFINS). Restando em recurso pela nulidade também dos débitos relativos ao IRPJ e a CSLL.

NOTA 24 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Referem-se a provisões para indenizações trabalhistas R\$ 45.113 milhões e provisões para causas cíveis R\$ 9,155 milhões. Conforme informações recebidas da Coordenadoria Jurídica da Entidade em 30 de dezembro de 2013, os processos trabalhistas identificados e quantificados deduzidos das reversões ocorridas em 2015 até 31/12/2024 totalizam o seguinte montante:

Contingências Trabalhistas	R\$
Provável	45.113
Possível	174
Total	45.287

Salienta-se que o valor informado pela Coordenadoria Jurídica não representa a totalidade dos processos trabalhistas existentes, mas, tão somente aqueles conciliados, identificados e quantificados no exercício de 2013. No momento, estão sendo efetuados os levantamentos de todas as ações entre a Coordenadoria Jurídica da CEHAB e a Procuradoria Geral do Estado e Judiciário, no sentido de atualizar e mensurar as principais demandas coletivas.

Há que se ressaltar, que as demandas do dissídio 2007 e 2008 estão sendo tratadas em ações de conciliações individuais, resultando em êxito financeiro para a CEHAB-RJ, cujos os recursos para pagamento estão sendo disponibilizados pelo ESTADO, através de Requisições de Pequeno Valor - RPV e Precatórios, em andamento na Justiça Trabalhista, bem como as demais demandas, sem impacto no Balanço da CEHAB-RJ.

As provisões para Contingências Cíveis estão sendo elaboradas e mensuradas pela atual Coordenadoria Jurídica da CEHAB-RJ, portanto, não há como atestar que os valores provisionados contabilmente são suficientes para cobrir eventuais perdas com estes processos.

NOTA 25 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia é representado por 3.339.375.679 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizado, sendo o Governo do Estado do Rio de Janeiro o acionista majoritário, detentor de 99,97% e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro de 0,03%. Acionistas privados, apenas 249 ações, sem expressão na sua composição (3.339.375.679).

NOTA 26 – PREJUÍZOS ACUMULADOS

Resultado Exercício Societário	
Prejuízo Acumulado Exercícios Anteriores	(163.493)
Ajustes de Exercícios Anteriores a 2024	14.174
Prejuízo do Exercício de 2024	(9.056)
Prejuízo Acumulado 2024	(158.375)

NOTA 27 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ABRANGENTE

A Companhia elaborou sua Demonstração de Resultados de forma a abranger todas as suas operações normais bem como as eventuais e atípicas, de forma a dispensar a elaboração de demonstração, em separado.

As Demonstrações Contábeis da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2024, serão apreciadas pelos membros do Conselho de Administração.

NOTA 28 – FATO RELEVANTE

O quadro abaixo apresenta os itens que geraram o impacto no Resultado do Exercício.

IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO QUADRO I

	2024	2023
Ass. Dívida	(2.987)	(6.405)
Seg. a Pagar	(9.345)	(11.276)
FCVS a Pagar	(2.250)	(2.487)
Atualização /Ajuste Cons. PERT	(727)	(1.158)
Provisão de Férias e 13º	(6.192)	-
Receita – RCV	1.187	1.379
Receita Ind. a Receber	8.420	9.443
Receita Aluguel PUC/ Arrecadação	2.856	2.918
Encargos Rio-Urbe	728	1.555
Demais Receitas e Despesas	(746)	323
Impacto Anual	(9.056)	(5.708)

NOTA 29 – EVENTO SUBSEQUENTE

No caso de cobranças ativas de IPTU de Imóveis em Estoque da CEHAB-RJ e de imóveis comercializados com mutuários, com base no TEMA 1.140 do STF – Recurso Extraordinário 1320054, cuja Tese “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa com contraprestação do serviço” – a CEHAB-RJ vem aplicando este benefício.

O mesmo vem ocorrendo com as demandas de execuções fiscais, com ganhos recorrentes, baseada nessa Tese do STF.

NOTAS ESPECIAIS

I) Exigibilidades Contingentes

Existem contingências de natureza passiva nas áreas trabalhistas, cível e tributária de estimativa elevada que afetam a posição patrimonial da Empresa, porém ainda não foi possível a total mensuração pelo setor jurídico.

Por outro lado, existem valores de dívidas de mutuários com IPTU em diversas Prefeituras do Estado, cujas cobranças estão sendo aplicadas à CEHAB-RJ, por solidariedade, e ainda não foi possível a mensuração total desses valores. Estas dívidas vem sendo judicializadas com ganhos da Companhia, suspensos provisoriamente até parecer final do STF, baseado na imunidade recíproca. O Capital Social da Companhia se compõe de 99,97% Estado e Município 0,03. Apenas 290 ações são de capital privado em um contexto de 3.339.375.679 (três bilhões, trezentos e trinta e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove) de ações.

II) Bens Imóveis para Vendas

O módulo de Cadastro Imobiliário faz parte do Sistema Integrado de Gestão Imobiliária – SIGI e está sendo desenvolvido e depurado pela CEHAB-RJ, pela Diretoria de Operações Imobiliárias, quando então será possível a realização de ajuste operacional e contábil.

III) Adesão a Lei 11.941/09 - REFIS e Lei 13.496/17 - PERT

Em junho de 2011 foi efetivada a adesão à Lei. 11.941/09 com o parcelamento de até 180 cotas, cujos reflexos contábeis, vêm ocorrendo nas Contas do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante e na Conta de Resultados com dotações orçamentárias na Fonte 100. Em agosto de 2017 a CEHAB fez adesão à Lei 13.496/17 – PERT, cujas quitações vêm sendo garantidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo o valor da dívida em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 8.992 milhões de reais.

IV) Adoção das Novas Normas Contábeis

A CEHAB-RJ sempre buscou atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e inclusive, com ênfase aos CPCs editados, no entanto, face ao grau de complexidade na aplicação de certos itens das normas, a empresa pretende atendê-los de forma fidedigna no decorrer dos exercícios subsequentes.

Abaixo apresentamos os assuntos importantes de Contabilidade e Auditoria que pretendemos implementar na Empresa.

CPC 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – A CEHAB-RJ, através da Portaria 122 de 25/11/2015, providenciou os cálculos dos procedimentos de teste de *impairment*. Este trabalho foi concluído em 2016 e registrado em início 2017 e será continuado em cada exercício dos anos subsequentes, sempre no mesmo período, visando os ajustes contábeis necessários e face ao Manual de Ajustes e Depreciação dos Bens Móveis, elaborado pela Contadoria do Estado.

CPC 03 (R2) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Desde a vigência da Lei 11.638/07 a CEHAB tem adotado essa demonstração.

CPC 04 – ATIVO INTANGÍVEL – A Companhia desenvolveu sistema informatizado próprio e encontra-se em pleno funcionamento.

CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE – Os ativos e passivos não circulantes estão sendo apresentados pelos valores presentes de realização.

CPC 16 - ESTOQUES Os estoques estão registrados pelo seu valor original, sem que se tenha estimada a probabilidade de perda com os mesmos.

CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES – As provisões não estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa 24.

CPC 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Já foram concluídos os trabalhos e adequação às normas internacionais deste pronunciamento, apresentando o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO – Conforme mencionado no CPC 01, após diagnóstico do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 103 de 30 de dezembro de 2014, foram efetuados os ajustes necessários para em observância a esta norma, em nov/ 2017.

OBSERVAÇÃO: A presente numeração das Notas Explicativas, que de NOTA 1 a 29 mais as NOTAS ESPECIAIS de I a IV, refere-se, exclusivamente, às Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 a disposição dos interessados da informação contábil em atendimento à legislação pertinente.

Reginaldo Jardim Ferreira
Diretor Presidente
CPF 713.610.657-53

Raphael dos Santos Freitas
Diretor Vice-Presidente
CPF 058.686.007-03

Flávio Abner-Cahn Alvarenga Brazão
Diretor de Administração e Finanças
CPF 127.706.417-27

Juan Oliveira Groppo
Diretor de Projetos e Obras
CPF 130.646.827-25

Michell Yamasaki Verdejo
Diretor de Operações Imobiliárias
CPF 035.842.289-21

Maicon Rego Paim
Contador - CRC-RJ 112588/O-4
CPF 109.500.247-32

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Diretoria da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ)**, que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as leis vigentes, exceto quanto aos eventos relacionados aos valores de direitos do FCVS, do Imobilizado e Provisões Judiciais Contingentes, inexistência adequada de solução para a situação dos empregados efetivos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CEHAB-RJ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião **COM RESSALVA**.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

Obtivemos todas as outras informações antes da data do seu relatório e identificamos distorção relevante nas outras informações, sendo destaques os valores apresentados como direitos do FCVS, do Imobilizado e Provisões Judiciais Contingentes, inexistência adequada de solução para a situação dos empregados efetivos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CEHAB-RJ** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **CEHAB-RJ** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas em relação à capacidade de continuidade operacional da **CEHAB**, exceto aos pontos elencados pela ressalva.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Coronel Fabriciano, 03 de abril de 2025

Lage & Lage Auditores e Consultores Associados - EPP
CRC nº: MG-005916/O-0

Walmir Moreira Lage
CRC nº: MG-057671/O-6 - CNAI nº: 3979

TRAMA GOLPISTA

Baptista confirma que general alertou Bolsonaro sobre prisão

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ex-comandante da Força Aérea Brasileira (FAB) Carlos de Almeida Baptista Júnior confirmou ontem que o ex-comandante do Exército general Marco Antônio Freire Gomes informou ao ex-presidente Jair Bolsonaro que poderia prendê-lo caso levasse adiante planos para se manter no poder após derrota na eleição de 2022.

Baptista Júnior prestou depoimento como testemunha na ação penal sobre o golpe de Estado fracassado que teria sido tentado durante o governo Bolsonaro, conforme denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Questionado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet (foto), o ex-chefe da Aeronáutica disse saber da repercussão do depoimento do próprio Freire Gomes, que negou ter dado voz de prisão a Bolsonaro. Baptista Júnior, ainda assim, disse confirmar o alerta feito pelo colega, conforme já havia sido relatado à Polícia Federal (PF).

"Confirmando, sim senhor. Acompanhei anteaquem a repercussão (do depoimento de Freire Gomes). Estava chegando de viagem. Freire Gomes é uma pessoa polida, educada, não falou com agressividade, ele não faria isso. Mas é isso que ele falou. Com muita tranquilidade, calma, mas colocando exatamente isso. 'Se fizer isso, vou ter que te prender'", afirmou Baptista Júnior.

Em seu depoimento, na segunda-feira, o ex-comandante do Exército disse que não teria mencionado a palavra prisão, mas somente alertado que o então presidente poderia ser "enquadrado juridicamente"



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

caso levasse adiante alguma medida ilegal.

Baptista Júnior acrescentou não ver contradição entre o seu relato e o de Freire Gomes, alegando que ambos confirmam o alerta feito a Bolsonaro, ainda que não tenha havido uma "voz de prisão" propriamente dita.

Ao ser indagado novamente sobre o ponto, pelo advogado Demóstenes Torres, defensor do ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier, Baptista Júnior afirmou mais uma vez que mantém o que disse no depoimento à PF. "Ele (Freire Gomes), com toda educação, disse ao presidente (Bolsonaro) que poderia ser preso sim, manteve isso", reforçou.

A fala de Freire Gomes teria se dado em uma reunião realizada em novembro, após o segundo turno da eleição de 2022, no Palácio da Alvorada, quando os comandantes das Forças Armadas e o então presidente discutiam "análise de conjuntura"

sobre o país.

PRISÃO DE MORAES

O ex-chefe da FAB também confirmou em seu depoimento reunião com o então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, no ministério, em 14 de novembro de 2022, em que lhe foi apresentada uma minuta de ato presidencial com a previsão de que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, não tomasse posse em 1º de janeiro de 2023.

Assim como em seu depoimento à PF, Baptista Júnior relatou ter chegado por último ao encontro, quando Garnier e Freire Gomes já estavam na sala de Paulo Sérgio e havia um documento dentro um plástico sobre a mesa.

Baptista Júnior contou ter questionado o ministro se aquele texto previa que o presidente eleito, Lula, não tomasse posse, e que diante do silêncio de Paulo Sérgio entendeu que sim. "Fa-

lei 'não admito sequer receber este documento nem ficarei aqui'", disse.

Segundo relatou, ao ser questionado pela defesa do almirante Garnier, ele teria ficado apenas um breve momento na sala, durante o qual o ex-chefe da Marinha não falou nada. O general Freire Gomes também condenou a minuta, acrescentou o antigo comandante da FAB.

Questionado pelo ministro Luiz Fux por que, em sua visão, o plano golpista não teve sucesso, o ex-comandante da Aeronáutica afirmou que foi "a não participação unânime das Forças Armadas".

Outro ponto confirmado por Baptista Júnior foi que em tais reuniões ele presenciou a discussão sobre a prisão de autoridades. "Foi sim senhor", afirmou, em resposta a uma pergunta de Gonet. "Isso era um *brainstorm* das reuniões, isso aconteceu", assegurou.

Indagado, disse se lembrar com mais convicção do nome do ministro Alexandre de Moraes, visto como um dos principais alvos dos planos golpistas.

ANDERSON TORRES

O ex-comandante da Aeronáutica pediu para modificar somente um ponto em relação ao que havia dito anteriormente à PF, na fase de inquérito sobre o caso. Ele disse não ter mais a convicção de que o ex-ministro da Justiça Anderson Torres participou de alguma das reuniões em que esteve com Bolsonaro.

"Gostaria de fazer essa retificação, acho que em tempo. Eu falei de boa-fé, mas não tenho a certeza da participação de Anderson Torres em alguma reunião", disse Baptista Júnior.

Ex-chefe da Aeronáutica reafirma apoio da Marinha em trama golpista

GUSTAVO CÔRTEZ/AE

O ex-comandante da Aeronáutica Carlos Baptista Júnior afirmou em depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem, que, em novembro de 2022, o almirante Almir Garnier, então chefe da Marinha, colocou suas tropas à disposição do ex-presidente Jair Bolsonaro para um intento golpista.

A posição, ainda segundo o relato, destoou da postura do próprio Baptista Júnior e do general Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, que tentaram dissuadir o presidente da ideia de impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

"O almirante Garnier não estava na mesma sintonia, na mesma postura que o general Freire Gomes. Em uma dessas reuniões, chegou a um ponto em que ele falou que as tropas da Marinha estariam à disposição do presidente", disse.

O militar disse não se recordar a data exata da reunião, que teria ocorrido próximo ao dia 14 daquele mês.

Questionado pelo advogado de Almir Garnier sobre uma contradição nos depoimentos, respondeu: "Ele não deu voz de prisão ao presidente, não foi assim. Mas ele falou, por hipótese, que poderia prender o presidente".

GLO

O ex-chefe da Aeronáutica relatou ainda que, nas conversas, Bolsonaro e auxiliares passaram a aventar a possibilidade de utilizar institutos como GLO, Estado de Defesa e Estado de Sítio a pretexto de solucionar uma "crise institucional".

Entre os participantes da reunião não buscavam dar subsídios à ideia de estabelecer medi-

das de intervenção, estava o então ministro da Justiça, Anderson Torres.

Baptista Júnior relatou que, nas primeiras reuniões realizadas com o presidente após o segundo turno das eleições, discutia-se GLO para lidar com possível convulsão social causada pela polarização política e mobilização de apoiadores de Bolsonaro. Mais tarde, segundo ele, ficou claro que o plano tinha como finalidade evitar a posse de Lula.

Em um dos encontros, houve, segundo Baptista Júnior, um "brainstorm" sobre a possível prisão de autoridades durante reunião realizada entre os dias 1º e 14 de novembro no Palácio da Alvorada com a participação de Jair Bolsonaro e dos chefes das Forças Armadas. Na ocasião, aventou-se a possibilidade de prender o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes.

"Lembro que se falou em prender o presidente do TSE. 'Mas aí o STF vai dar um habeas corpus para ele. Vai fazer o que, prender o STF todo?'" relatou Baptista Júnior, sem mencionar quem seria o autor da declaração.

AVISO A HELENO

Baptista Júnior relatou também ter avisado o chefe do Gabinete de Segurança Institucional de Bolsonaro, general Augusto Heleno, que a FAB não participaria de uma tentativa de golpe. Eles se encontraram durante uma formatura do Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA).

Na ocasião, Heleno acompanhava a formatura de seu neto, quando foi convocado para uma reunião emergencial com o ex-presidente e pediu a Baptista Ju-

nior uma carona para Brasília em um avião da Força.

Os dois teriam se dirigido a uma sala, onde o comandante da Aeronáutica alertou Heleno que não admitiria tentativa de golpe. "Eu falei: 'General, nós nunca conversamos sobre esse assunto. Não é normal o senhor sair no meio da formatura para uma reunião de emergência. No clima que o Brasil está, preciso falar algo para o senhor. Eu e as Forças Armadas não vamos apoiar ruptura institucional'", afirmou Baptista Júnior no depoimento ao STF.

ALERTA A BOLSONARO

O ex-comandante da Aeronáutica Carlos Almeida Baptista Júnior afirmou em depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem, que comunicou ao então presidente Jair Bolsonaro (PL) a inexistência de evidências no sentido de que as urnas eletrônicas tivessem falhas. Ele é uma das testemunhas no processo em que Bolsonaro é acusado de tentativa de golpe de Estado.

Segundo Baptista Júnior, o coronel Marcelo Câmara, então assessor de Bolsonaro, procurou o coronel Wagner Oliveira da Silva, que compunha a Comissão de Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação, para falar de achados sobre fraudes nas urnas eletrônicas.

O colegiado, instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para ampliar a transparência e a segurança de todas as etapas de realização das eleições, incluiu as Forças Armadas.

Baptista Júnior afirmou que, depois desse episódio, pediu diretamente ao então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Oliveira, que avisasse a Bolsonaro que

seu auxiliar não deveria abordar Silva para discutir teses de fraude nas urnas. Na ocasião, afirmou aquele comportamento consistia em quebra da cadeia de comando e que diversas teses criadas dentro da Presidência da República sobre irregularidades nas eleições já haviam sido rechaçadas pelas próprias Forças Armadas.

O ex-comandante da Aeronáutica Carlos Baptista Júnior disse em depoimento ter alertado, em novembro de 2022, o então presidente Jair Bolsonaro sobre falhas no relatório produzido pelo Instituto Voto Legal (IVL), que apontava fraudes nas urnas eletrônicas. Aquele documento apresentado ao militar na reunião foi usado como base para o pedido do PL de anulação dos votos.

"Eu falei: presidente, esse relatório está muito mal escrito. Ele contém erros na identificação das urnas", disse em depoimento ao STF, ao confirmar o que já havia dito à Polícia Federal (PF) durante as investigações sobre a tentativa de golpe

"Comentei (sobre a inexistência de fraudes nas urnas) após o segundo turno, numa reunião que tivemos no dia 9 de novembro, e depois em várias reuniões com o ministro da Defesa e, depois, com mais ênfase no dia 14, quando ele me apresentou o relatório do Instituto Voto Legal", afirmou.

Após o alerta, Bolsonaro ligou para o presidente do IVL, Carlos Rocha, e o colocou na linha com Baptista Júnior, que explicou os erros técnicos encontrados no relatório e reforçou a opinião de que não havia falhas nas urnas que comprometessem a integridade do resultado das eleições.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

AGU pede que PF investigue racismo contra ministra do TSE

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O advogado-geral da União, Jorge Messias, pediu ontem à Polícia Federal (PF) a abertura de investigação para apurar o caso de discriminação racial ocorrido contra a ministra Vera Lúcia Santana Araújo, uma das integrantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Indicada ao tribunal pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Vera Lúcia é advogada reconhecida pela atuação como ativista do movimento de mulheres negras.

Terça-feira, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, denunciou o episódio, que ocorreu na sexta-feira passada.

Na ocasião, a ministra Vera Lúcia foi barrada na entrada do seminário Gestão Pública - Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e a Discriminação, promovido pela Comissão de Ética Pública (CEP) em parceria com a AGU.

Vera Lúcia era uma das palestrantes do evento e foi impedida de entrar no auditório do

evento mesmo após apresentar a carteira funcional de ministra. Ela ainda foi destrutada. A liberação só ocorreu após a ministra solicitar providências para resolver a situação.

No documento encaminhado à PF, Jorge Messias requereu "máxima urgência" na apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis e aplicação das medidas legais.

"Reitero o compromisso da Advocacia-Geral da União com a defesa dos direitos fundamentais e com o enfrentamento de todas as formas de discriminação, especialmente o racismo estrutural que ainda persiste em diversas instâncias da vida institucional brasileira", afirmou Messias no documento.

O evento foi realizado no auditório do edifício do Centro Empresarial da Confederação Nacional do Comércio (CNC), onde diversos órgãos têm sede, entre eles, a AGU.

Em ofício enviado ao TSE, a AGU esclareceu que a entrada no prédio é controlada por funcionários terceirizados contratados pelo condomínio.

PARA EXECUTIVO

CCJ do Senado aprova fim da reeleição

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a reeleição no Brasil para presidente, governadores e prefeitos foi aprovada, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A PEC 12/2002 ainda aumenta os mandatos do Executivo, dos deputados e dos vereadores para cinco anos. Agora, o texto segue para análise do plenário do Senado.

A PEC previa o aumento do mandato dos senadores de oito para dez anos, mas a CCJ decidiu reduzir o tempo para cinco anos, igual período dos demais cargos. A proposta ainda unifica as eleições no Brasil para que todos os cargos sejam disputados de uma única vez, a partir de 2034, acabando com eleições a cada dois anos, como ocorre hoje.

A proposta prevê um período de transição para o fim da reeleição. Em 2026, as regras continuam as mesmas de hoje. Em 2028, os prefeitos candidatos poderão se reeleger pela última vez e os vencedores terão mandato estendido de seis anos. Isso para que todos os cargos coincidam na eleição de 2034.

Em 2030, será a última eleição com possibilidade de reeleição para os governadores eleitos em 2026. Em 2034, não será mais permitida qualquer reeleição e os mandatos passarão a ser de cinco anos.

Após críticas, o relator Marcelo Castro (MDB-PI) acatou a mudança sugerida para reduzir o mandato dos senadores.

Nota

ONGS PEDEM AO STF PARA QUE GOVERNO LULA VOLTE A DIVULGAR 16 MILHÕES DE DOCUMENTOS

As organizações não governamentais (ONGs) Transparência Brasil, Contas Abertas e Transparência Internacional Brasil apresentaram um pedido ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino ontem, para que o governo do presidente Lula restabeleça a transparência e permita acesso aos mais de 16 milhões de documentos sobre obras, repasses e emendas que estão impossíveis de serem acessados desde maio de 2024. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), responsável pela plataforma Transferegov, usada na gestão e na transparência dos recursos federais, passou a ocultar os documentos arrolados nos processos de liberação de verbas a estados, municípios e entidades privadas. A pasta comandada pela ministra Esther Dweck argumenta que muitos documentos contêm informações sensíveis, como dados pessoais de servidores públicos, e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) impede a divulgação dessas informações.



DOENÇA

Rio confirma mais duas mortes por febre do Oropouche

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

de Saúde, Claudia Mello.

Mais duas mortes por febre do Oropouche foram confirmadas ontem pela Secretaria de Estado de Saúde. do Rio de Janeiro. As amostras foram analisadas pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels (Lacen-RJ). As vítimas são duas mulheres: uma moradora de Macaé, no norte fluminense, com 34 anos de idade, e outra de Paraty, na Costa Verde, com 23 anos. As duas tiveram os primeiros sintomas da doença em março deste ano, foram internadas e morreram dias depois.

A febre do Oropouche é uma doença viral transmitida pelo inseto *Culicoides paraensis*, conhecido como maruim, mosquito-pólvora ou polvinha. É uma arbovirose, como a dengue e a chikungunya, que se manifesta com febre alta, dor de cabeça, dores musculares e articulares, e em alguns casos pode gerar complicações como meningite ou encefalite.

Os dois casos ocorreram há mais de dois meses e são episódios isolados. Desde então, não houve novos registros de casos graves, internações, nem novos óbitos relacionados à febre do Oropouche naqueles municípios.

"Reforçamos a importância da vigilância contínua e das medidas preventivas adotadas pela população e pelos gestores municipais. Desde o ano passado, com a introdução do vírus no estado, nossos especialistas têm aperfeiçoado os protocolos de Vigilância Epidemiológica e aprimorado a assistência aos pacientes", avaliou a secretária de Estado

SINTOMAS

Os sintomas da febre do Oropouche são parecidos com os da dengue. O período de incubação dura entre quatro e oito dias. O início geralmente é marcado por febre, dor de cabeça, dor nas articulações, dor muscular, calafrios e, às vezes, náuseas e vômitos persistentes por até cinco a sete dias. Na maioria dos casos, o paciente se recupera em uma semana. Porém, a doença pode se agravar em grupos de risco, entre crianças e idosos a partir de 60 anos.

"A febre do Oropouche é nova no nosso estado e requer atenção redobrada. O maruim é bem pequeno e corriqueiro em locais silvestres e áreas de mata.

Por isso, segundo o subsecretário de Vigilância e Atenção Primária à Saúde do estado, Mário Sergio Ribeiro, a recomendação é usar roupas que cubram a maior parte do corpo, passar repelente nas áreas expostas da pele, limpar terrenos e locais de criação de animais, recolher folhas e frutos que caem no solo, e instalar telas de malha fina em portas e janelas.

CASOS

Neste ano, até 21 de maio, o estado registrou 1.581 casos, e três óbitos pela doença. Os municípios que mais concentram notificações de casos suspeitos são: Cachoeiras de Macacu (649); Macaé (502); Angra dos Reis (320); Guapimirim (168) e Paraty (131). Em 2024, foram registrados 128 casos confirmados da doença, com predominância na cidade de Pirai.

PAÍS DA LIBERADE!

Trump quer impor censura a documentos do Doge

O governo Trump solicitou à Suprema Corte ontem, que bloqueie ordens judiciais que exigem que o Departamento de Eficiência Governamental (Doge, na sigla em inglês), de Elon Musk, entregue documentos sobre suas operações a um grupo fiscalizador do governo.

O último recurso emergencial do Departamento de Justiça (DoJ) à corte suprema questiona se o Doge, que tem papel central no esforço do presidente Donald Trump para reformar o governo, é uma agência federal sujeita à Lei de Liberdade de Informação (FOIA, na si-

gla em inglês). O governo argumenta que o Doge é apenas um órgão consultivo presidencial, isento de pedidos de documentos pela FOIA.

A gestão quer que os ministros da Corte congelem as ordens que obrigariam o Doge a entregar documentos ao grupo Citizens for Responsibility and Ethics in Washington (CREW) e que a administradora interina do Doge, Amy Gleason, responda perguntas sob juramento nas próximas três semanas. O CREW entrou com processo em fevereiro, alegando que o Doge "exerce um poder chocantemente amplo" sem transparên-

cia sobre suas ações.

Em março, o juiz distrital Christopher Cooper considerou que o papel do Doge vai além do consultivo, citando suas alegações de ajudar a fechar a USAID e cortar bilhões de dólares em contratos governamentais. "Cancelar qualquer contrato governamental parece exigir autoridade substancial, e cancelá-los nessa escala certamente exige", escreveu Cooper. O Doge "provavelmente tem pelo menos alguma autoridade independente para identificar e demitir funcionários federais, programas federais e contratos federais."

Um painel do tribunal de apelações federal em Washington inicialmente suspendeu a ordem de Cooper, mas outro painel a restabeleceu depois. Cooper estabeleceu prazo para o governo cumprir a decisão até 13 de junho. O procurador-geral John Sauer pediu que a Suprema Corte aja rapidamente, chamando as ordens de Cooper de "extraordinariamente amplas e intrusivas."

O caso é o mais recente de uma série de recursos emergenciais levados à Suprema Corte após tribunais inferiores bloquearem partes da agenda de Trump.

MISTÉRIO

Rival de Zelenski e aliado de ex-presidente é morto a tiros em Madri

Andriy Portnov, ex-chefe-adjunto da administração presidencial da Ucrânia durante o governo de Viktor Yanukovich, favorável à Rússia, foi morto a tiros na manhã de ontem, perto de Madri, do lado de fora de uma escola, disse uma fonte policial à AFP.

"A vítima foi baleada várias vezes ao entrar em um veículo. Várias pessoas atiraram nas costas e na cabeça dele e depois fugiram para uma área arborizada", disse a fonte, que confirmou que a vítima era Portnov. Ele foi identificado como a vítima pelo Ministério do Interior da Espanha, após ter sido baleado às 9h15, horário local (4h15 de Brasília).

Segundo a mídia espanhola, Portnov tinha acabado de deixar seus filhos em uma escola americana nesta área residencial quando foi assassinado.

Questionado pela AFP, um

funcionário do serviço de inteligência militar ucraniano se limitou a confirmar a morte de Portnov. "Segundo as informações disponíveis, Portnov foi assassinado a tiros", disse a autoridade, falando sob condição de anonimato, sem fornecer mais detalhes.

O corpo, coberto por um pano branco, foi removido pouco antes das 14h, hora local, de acordo com repórteres. Os serviços de emergência de Madri confirmaram que ele já estava morto quando os socorristas chegaram, com pelo menos três tiros no corpo.

"Ouvi (...) cerca de 6 a 7 tiros", disse Inés, uma estudante que mora em uma residência próxima, à Telecinco. "Olhei para fora e não vi nada, mas alguns minutos depois ouvi uma garota gritando e então o que parecia um buzina de carro muito longa", acrescentou.

FUGA DA UCRÂNIA

Jurista e ex-funcionário de alto escalão na Ucrânia, Portnov, de 51 anos, foi membro do Parlamento na década de 2000 antes de se tornar chefe-ajunto da administração presidencial de Yanukovich, o líder pró-Rússia que fugiu da Ucrânia para a Rússia após a violenta repressão às manifestações pró-europeias conhecidas como Revolução Maidan, em 2014.

Após a queda de Yanukovich, Portnov também fugiu do país e se estabeleceu na Rússia e depois na Áustria, antes de retornar à Ucrânia após a eleição presidencial de Volodimir Zelenski, em 2019.

Segundo a imprensa ucraniana, graças às suas conexões de alto escalão, Portnov conseguiu fugir da Ucrânia em junho de 2022, após o início da invasão russa,

apesar de homens de 18 a 60 anos terem sido proibidos de sair do país, com algumas exceções.

Portnov também foi sancionado pelos Estados Unidos por "corrupção" em dezembro de 2021.

De acordo com o Departamento do Tesouro dos EUA, Portnov cultivou "conexões profundas com o sistema judiciário e as agências de segurança da Ucrânia por meio de suborno".

Os Estados Unidos o acusam de "usar sua influência para comprar acesso aos tribunais ucranianos e influenciar suas decisões, além de sabotar os esforços de reforma". Eles acreditam que "em 2019, Portnov tomou medidas para controlar o Judiciário ucraniano, influenciar a legislação correspondente, tentar colocar funcionários leais em altos cargos no sistema judicial e comprar decisões judiciais".

COVID-19

Vacinação de idosos será ampliada em junho

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

usada a bivalente; em 2024, a que protegia contra a cepa XBB; e agora em 2025, contra a JN.1. A variante já está circulando no mundo todo.

Na primeira remessa de doses que chegou ao município do Rio foram vacinados idosos residentes nas instituições de longa permanência. Agora, o imunizante está disponível em todas as unidades de Atenção Primária (clínicas da família e centros municipais de saúde) e também no Super Centro Carioca de Vacinação em Botafogo, na zona sul e no ParkShopping Campo Grande, na zona oeste da cidade.

Além do imunizante contra a Covid-19 JN.1 também é importante tomar as outras vacinas da temporada: contra influenza e, para quem tem indicação, também a da febre amarela e a que protege contra o sarampo.

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio definiu ontem os próximos grupos para a imunização da variante JN.1 da Covid-19. Em junho, serão atendidos idosos a partir de 70 anos e, em julho, de 60 anos ou mais. No mês de agosto serão imunizadas as pessoas com comorbidades. De acordo com a secretaria, com a chegada de novas doses, e outros grupos prioritários também serão vacinados.

No momento, a vacina atualizada para a variante JN.1 da Covid-19 está disponível nos postos de vacinação da cidade para idosos com 80 anos ou mais. A imunização para essa faixa etária teve início na segunda-feira desta semana.

A vacina da Covid-19 é atualizada anualmente para as novas variantes do vírus. Em 2023, foi

MARTELO

Tubarão aparece em praia e assusta surfistas

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

fistas da escola Posto 5 esperam pelas ondas. Ele conta que orientou os alunos a saírem da água por precaução.

"Ele estava nadando tranquilo, mas tinha muito peixe, então achamos melhor parar a aula. Um aluno avisou o Juan Duarte, que também é professor na nossa escola, e ele fez o vídeo", diz.

Além da barbatana, Siqueira chegou a ver parte do dorso do tubarão, o que possibilitou calcular o tamanho do animal. "O dorso) estava dois palmos para fora da água e deu para ver a cauda. Era um tubarão grande, com cerca de 3 metros de comprimento."

Um tubarão surgiu perto da praia e assustou os alunos de uma escola de surfe, no último domingo, na Barra da Tijuca, na zona oeste do Rio de Janeiro. Os surfistas estavam na água, próximo ao Posto 5, quando avistaram a barbatana do animal deslizando entre as ondas.

"O susto foi grande, pois ele estava muito próximo da gente", diz o professor de surfe Flávio Siqueira, que estava na água com os alunos.

O tubarão apareceu no outside, área do mar onde os sur-

PRESENTINHO

Trump aceita Boeing 747 de presente do Catar para ser novo Air Force One

O governo Trump aceitou um Boeing 747 de presente do Catar para ser usado como o novo Air Force One, segundo um comunicado divulgado pelo Pentágono ontem.

O Departamento de Defesa vai "trabalhar para garantir medidas de segurança adequadas" na aeronave para torná-la segura para o uso pelo presidente, disse o porta-voz do Pentágono, Sean Parnell. Ele acrescentou que o avião foi aceito "de acordo com todas as regras e regulamentos federais." O presidente americano defendeu o presente durante sua viagem recente ao Oriente Médio, como uma maneira de economizar o dinheiro do contribuinte americano.

"Por que nosso exército, e portanto nossos contribuintes, deveriam ser forçados a pagar milhões de dólares quando eles podem conseguir um avião de GRAÇA," questionou Trump em seu perfil na rede social Truth Social.

Segundo relatos da imprensa americana, este pode ser o

maior presente estrangeiro já recebido pelo governo dos Estados Unidos De acordo com o jornal *The New York Times*, o avião será doado para a biblioteca presidencial de Trump quando ele deixar o cargo.

O plano levanta questões éticas substanciais, por causa do alto valor da aeronave luxuosamente equipada e o fato de que Trump planeja usá-la após deixar o cargo. Novo, um Boeing 747-800 comercial custa na faixa de US\$ 400 milhões.

O governo americano argumenta que tem um precedente envolvendo o avião porque o ex-presidente Ronald Reagan instalou o Air Force One que usou em seu tempo na Casa Branca como parte do museu de sua biblioteca, mas na época o republicano não utilizava o avião para voar por conta própria.

SEGURANÇA

O plano de Trump gerou preocupação entre os membros do Congresso, que temem que o go-

verno pressione a Força Aérea a realizar o trabalho tão rapidamente que medidas de segurança importantes não sejam implementadas no avião, como a instalação de sistemas de defesa contra mísseis ou até sistemas para proteger o avião dos efeitos eletromagnéticos de uma explosão nuclear.

"Qualquer aeronave civil exigirá modificações significativas," disse Troy Meink, o secretário da Força Aérea, na terça-feira, durante um depoimento ao Senado.

O Pentágono não forneceu uma estimativa de quando o novo Air Force One estará pronto, mas Trump deixou claro que deseja usar o novo avião em breve.

"Vamos fazer o necessário para garantir a segurança da aeronave", disse Meink na audiência do Senado.

RELAÇÃO COM O CATAR

O presente também aumentou preocupações sobre a relação entre Catar e Estados Unidos. Democratas no Congresso temem

que Doha possa estar tentando influenciar indevidamente o governo americano.

O primeiro-ministro do Catar, Sheikh Mohammed bin Abdulrahman bin Jassim Al-Thani, disse publicamente na segunda-feira, 19, pela primeira vez que seu governo havia aprovado a entrega do avião como um presente, rejeitando a ideia de que isso seria uma tentativa de influenciar o presidente americano.

"Não sei por que as pessoas estão pensando", disse ele. "Somos um país que gostaria de ter uma parceria sólida e uma forte amizade dos EUA. Tudo que fornecemos a qualquer país é fornecido por respeito a essa parceria e é uma relação de mão dupla.

O novo avião será o terceiro a ser remodelado para uso como Air Force One, substituindo dois aviões que foram utilizados por 35 anos e que tiveram problemas de manutenção. O primeiro dos aviões da Boeing está programado para ser entregue em 2027.

Nota

NO JAPÃO, MINISTRO DA AGRICULTURA RENUNCIA APÓS GAFE SOBRE ARROZ CAUSAR CRISE POLÍTICA

O ministro da Agricultura do Japão, Taku Eto, renunciou ontem após a repercussão negativa de um comentário recente, em que afirmou que "nunca precisou comprar arroz", pois recebia o alimento de apoiadores como presente. A renúncia ocorre em um momento em que a população enfrenta preços recordes do alimento básico tradicional do país. O comentário de Taku Eto, que muitos japoneses consideraram desconectado da realidade, foi feito no domingo (18), durante um seminário do Partido Liberal Democrata, que lidera um

governo minoritário em dificuldades. A gafe pode causar ainda mais problemas para o partido, antes das eleições nacionais de julho. Uma derrota pode significar a formação de um novo governo ou a renúncia do primeiro-ministro, Shigeru Ishiba. "Fiz um comentário extremamente inadequado num momento em que os consumidores enfrentam a disparada dos preços do arroz", disse Eto a repórteres após entregar sua carta de renúncia no gabinete do primeiro-ministro. Ele tentou esclarecer o comentário, afirmando que compra arroz branco para si mesmo e que não vive apenas do arroz recebido como presente. Segundo Eto, a referência era ao arroz integral, que deseja promover por chegar ao mercado mais rapidamente.